

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
DSE.A/PE – 020/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE
MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO
RESPIRATÓRIA DA MARCA IBR

- SEÇÃO I - INSTRUÇÕES AOS LICITANTES**
- SEÇÃO II - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**
- SEÇÃO III - HABILITAÇÃO**
- SEÇÃO IV - MINUTA DE CONTRATO**
- SEÇÃO V - PLANILHA DE PREÇOS - MODELO**
- ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO EMPREGATÍCIO / PARENTESCO E DE NÃO ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 38 DA LEI Nº 13.303/16**
- ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**
- ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE: FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO**

Rio de Janeiro, , de de .

SEÇÃO I

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO DA LICITAÇÃO
3. OBSERVAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. CREDENCIAMENTO
7. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Esta LICITAÇÃO na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - Internet, do tipo Menor Preço, é regida por este EDITAL, em conformidade com o disposto na Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf>, na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e no rito da instrução normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, sob a vigência da Lei n.º 14.133/2021, de 1 de abril de 2021.
- 1.2 O PREGÃO Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. O PREGÃO Eletrônico poderá ser acessado pelo endereço www.gov.br/compras.
- 1.3 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da ELETRONUCLEAR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante no endereço www.gov.br/compras e realizados de acordo com a legislação indicada no subitem 1.1 acima.
- 1.4 As instruções estabelecidas neste EDITAL de licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente processo licitatório até a assinatura do respectivo CONTRATO administrativo. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e/ou PROPOSTAS.
- 1.5 A presente LICITAÇÃO tem âmbito nacional, não sendo aceita a participação de empresas em consórcio bem como de cooperativas.
- 1.6 Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, dissolução ou liquidação.
- 1.7 Não será permitida a participação de LICITANTES estrangeiros que não estejam constituídas no País.
- 1.8 Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
- 1.8.1 penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento em contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, desde que aplicada pela ELETRONUCLEAR;
- 1.8.2 penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, no artigo 156, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública Federal;

- 1.8.3 penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8666/1993, ou , no artigo 156, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública nacional, ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- 1.8.4 penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.
- 1.9 Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas no artigo 38 e 44 da Lei n. 13.303/2016.
- 1.10 também estarão impedidas de participar da licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos das leis nº 9.605/98, 12.527/11 e 12.529/11.
- 1.11 O impedimento será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.
- 1.12 Para os fins desta LICITAÇÃO, os impedimentos referidos neste EDITAL serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 1.13 O LICITANTE não pode, em hipótese alguma, modificar o preço e as condições de sua PROPOSTA, após o término da sessão, sob alegação de insuficiência de informações relativas aos SERVIÇOS.
- 1.14 LICITANTES que fazem parte do mesmo grupo econômico, assim entendido aqueles que participem do capital um do outro, ou que possuam sócios, acionistas ou administradores em comum, devem declarar tal condição quando do registro inicial de sua PROPOSTA no Sistema. Caso referido LICITANTE seja o detentor da melhor oferta após a etapa competitiva, deverá também declarar na sua PROPOSTA, quando do envio da documentação referida no Item 1.34 da Seção II, que tais participantes atuam no presente Pregão representando interesses econômicos independentes entre si.
- 1.15 Os recursos financeiros para a presente LICITAÇÃO são próprios da ELETRONUCLEAR, provisionados na Conta Razão nº. 4121007001 e Centro de Custo nº. U305040008.

2 OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1 Constitui objeto da presente LICITAÇÃO os SERVIÇOS de assistência técnica de manutenção em equipamentos de Proteção Respiratória da marca IBR.
- 2.2 As peças sobressalentes a serem substituídas deverão ser, obrigatoriamente, originais e

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

certificadas pelo fabricante IBR INTERESPIRO DO BRASIL. A exigência de sobressalentes originais não configura restrição indevida à competitividade, mas sim condição técnica indispensável para assegurar a integridade dos equipamentos, a segurança dos trabalhadores e o atendimento às normas vigentes, justificando-se pelos seguintes motivos:

- 2.2.1 Em decorrência da criticidade dos equipamentos de proteção respiratória objeto deste Edital, os quais são classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPI) destinados ao uso em ambientes controlados, atmosferas potencialmente perigosas e de emergência;
- 2.2.2 A utilização de sobressalentes não originais ou não homologados pelo fabricante pode comprometer o desempenho, a estanqueidade, a resistência mecânica e a confiabilidade dos conjuntos autônomos, máscaras faciais e cilindros de ar respirável, implicando riscos diretos à saúde e à vida dos usuários, bem como ao atendimento das exigências regulatórias aplicáveis;
- 2.2.3 Os equipamentos da marca IBR são projetados, testados e certificados como sistemas integrados, nos quais as peças sobressalentes possuem especificações dimensionais, materiais, tratamentos e tolerâncias próprias, cuja compatibilidade somente é garantida quando fornecidas pelo fabricante ou por ele formalmente certificadas. A adoção de componentes paralelos inviabiliza a rastreabilidade técnica, a validade dos laudos de manutenção, calibração e testes hidrostáticos, bem como a manutenção das garantias de desempenho previstas nas normas técnicas aplicáveis;
- 2.2.4 Os equipamentos são objeto de auditorias internas e externas, incluindo inspeções de órgãos reguladores e entidades de avaliação da segurança nuclear e operacional, o que exige padronização, rastreabilidade e conformidade plena com os requisitos do fabricante.
- 2.3 O OBJETO desta prestação de SERVIÇOS deverá ser executado dentro de um Sistema de Garantia da Qualidade aceito pela ELETRONUCLEAR. O LICITANTE deverá, por isso, atender a uma das situações abaixo:
 - 2.3.1 Apresentar cópia de certificado de conformidade com a norma ISO 9001:2015 – “Sistemas de gestão da qualidade — Requisitos”, emitido por órgão certificador aceito pela ELETRONUCLEAR. O certificado deve estar dentro da validade e ter escopo compatível com o objeto deste EDITAL. A ELETRONUCLEAR, com base na avaliação do certificado, determinará a necessidade ou não de uma verificação, nas instalações do LICITANTE, para comprovação da implementação do Sistema de Garantia da Qualidade descrito no certificado. O Sistema de Garantia da Qualidade deverá ser avaliado e aceito pela ELETRONUCLEAR, antes do início da execução dos SERVIÇOS, ou;
 - 2.3.2 Apresentar documento, em folha separada da PROPOSTA, comprometendo-se a implementar um Sistema de Garantia da Qualidade, baseado na norma ISO 9001:2015 – “Sistemas de gestão da qualidade — Requisitos”, específico para a execução dos SERVIÇOS deste EDITAL. Esse Sistema de Garantia da Qualidade deverá estar regulamentado em um Plano da Qualidade, cujo modelo encontra-se em anexo a este EDITAL. A ELETRONUCLEAR,

com base na avaliação do Plano da Qualidade, determinará a necessidade ou não de uma verificação, nas instalações do LICITANTE, para comprovação da implementação do Sistema de Garantia da Qualidade descrito no Plano da Qualidade. O Sistema de Garantia da Qualidade deverá ser avaliado e aceito pela ELETRONUCLEAR, antes do início da execução dos SERVIÇOS, ou;

- 2.3.3 Apresentar documento, em folha separada da PROPOSTA, declarando já possuir um Sistema de Garantia da Qualidade baseado na norma ISO 9001:2015 – “Sistemas de gestão da qualidade — Requisitos” não certificado. Esse Sistema de Garantia da Qualidade deverá estar regulamentado em um Manual da Qualidade e uma cópia do mesmo deverá ser fornecida para ELETRONUCLEAR. A ELETRONUCLEAR, com base na avaliação do Manual da Qualidade, determinará a necessidade ou não de uma verificação, nas instalações do LICITANTE, para comprovação da implementação do Sistema de Garantia da Qualidade descrito no Manual da Qualidade. O Sistema de Garantia da Qualidade deverá ser avaliado e aceito pela ELETRONUCLEAR, antes do início da execução dos SERVIÇOS, ou;
- 2.3.4 Apresentar documento comprovando possuir um Sistema de Garantia da Qualidade baseado na norma CNEN-NN-1.16 – “Garantia da Qualidade para a Segurança de Usinas Nucleoelétricas e outras Instalações”, USNRC-10CFR50/Appendix B e 10CFR Part 21, ANSI-N-45.2, ASME- NQA-1, KTA-1401, ou em código ou norma nuclear equivalente. O documento deverá ser avaliado e aceito pela ELETRONUCLEAR. Caso o documento não seja aceito o LICITANTE deverá atender a uma das três situações anteriores.

3 OBSERVAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 As condições específicas e detalhadas da contratação encontram-se descritas na SEÇÃO IV – MINUTA DE CONTRATO deste EDITAL, e demais documentos deste PREGÃO, os quais deverão ser a base da PROPOSTA do LICITANTE.
- 3.2 Caberá ao LICITANTE que vier a ser CONTRATADO, a exclusiva responsabilidade pela perfeita execução dos SERVIÇOS de acordo com as obrigações legais, regulamentares e contratuais, bem como aquelas que não foram explicitamente mencionadas, mas que se façam necessárias à sua perfeita execução.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Os LICITANTES cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a PROPOSTA com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 No cadastramento da PROPOSTA inicial, o LICITANTE declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no EDITAL e seus anexos, bem como de que a PROPOSTA apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de

-
- conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3 O LICITANTE enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.3.1 na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.4 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a PROPOSTA até a abertura da sessão pública.
- 4.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastramento da PROPOSTA pelo LICITANTE, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.6 Os documentos que compõem a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da PROPOSTA e obedecerá às seguintes regras:
- 4.7.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, considerando o intervalo definido no subitem 1.13, SEÇÃO II deste EDITAL; e
- 4.7.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.8 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

- 4.9 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais FORNECEDORES e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.10 Caberá ao LICITANTE interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de HABILITAÇÃO e à PROPOSTA sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na legislação pertinente.

5 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1 Se, após exame do EDITAL, o LICITANTE tiver qualquer dúvida, poderá consultar a ELETRONUCLEAR, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço eletrônico: pregao_servicos@eletronuclear.gov.br.
- 5.2 Na consulta, deverá estar indicado o número desta licitação e o seu objeto, devendo a mesma ser recebida pela ELETRONUCLEAR no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 5.3 Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, LICITANTE e cidadãos podem impugnar o EDITAL, sendo realizada de forma eletrônica, pelo endereço eletrônico pregao_servicos@eletronuclear.gov.br.
- 5.4 Os esclarecimentos emitidos, assim como quando a ELETRONUCLEAR vier a acatar a impugnação estes serão disponibilizados no sítio www.gov.br/compras, sem identificar a fonte que solicitou.
- 5.5 É de responsabilidade do LICITANTE manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o EDITAL, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, não cabendo à ELETRONUCLEAR a responsabilidade pela não observância desse procedimento.
- 5.6 Não deverão ser considerados, pelos LICITANTES, na formulação de suas PROPOSTAS, quaisquer esclarecimentos e/ou informações obtidos de forma diferente da estabelecida acima.
- 5.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, devendo o acesso ser solicitado através do e-mail pregao_servicos@eletronuclear.gov.br. De acordo com o Artigo 34 da lei 13.303/16, o orçamento será sigiloso.

6 CREDENCIAMENTO

- 6.1 Os LICITANTES interessados em participar do certame licitatório deverão ser credenciados

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

perante o provedor do sistema eletrônico no seguinte sítio: www.gov.br/compras.

7 RESPONSABILIDADE DOS LICITANTES

- 7.1 Responder por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras todas as suas PROPOSTAS e lances.
- 7.2 Responder pela veracidade e exatidão de todos os SERVIÇOS a serem executados. Caso os SERVIÇOS venham a ser prestados em desacordo com as especificações definidas no EDITAL, o LICITANTE assumirá todas as responsabilidades civis e criminais daí decorrentes, inclusive danos e prejuízos causados a ELETRONUCLEAR e a terceiros.
- 7.3 Acompanhar as operações no sistema, sendo responsável pela perda de negócios em decorrência do não cumprimento dos prazos ou quaisquer outros avisos emitidos no sistema Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais e não observados pela falta de acompanhamento, inclusive de sua desconexão do sistema.
- 7.4 Todos os horários estabelecidos no(s) Aviso(s) e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 7.5 O uso da senha de acesso pelo LICITANTE é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à ELETRONUCLEAR, promotor da LICITAÇÃO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.6 Comunicar formal e imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO II

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO
2. CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO
3. RECURSOS
4. AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE
5. ASSINATURA DO CONTRATO
6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7. DISPOSIÇÕES GERAIS

1 PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- 1.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Aviso de LICITAÇÃO publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, no site do Compras Governamentais e no site da ELETRONUCLEAR.
- 1.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a PROPOSTA, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.3 A participação no PREGÃO, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.
- 1.4 O LICITANTE que desejar usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverá atender aos requisitos da referida Lei e manifestar em campo próprio do sistema que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).
- 1.5 A participação do LICITANTE no PREGÃO Eletrônico implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 1.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os LICITANTES.
- 1.7 Iniciada a etapa competitiva, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.8 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL GLOBAL, conforme planilha da SEÇÃO V do Edital.
- 1.9 Preços cotados nas condições abaixo:
 - 1.9.1 CIP ("Carriage and Insurance Paid to" - transporte e seguro pagos até o local de destino designado).
 - 1.9.2 Os preços propostos deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e do ISS.
 - 1.9.3 Para efeito de cálculo dos preços para a presente licitação, o IPI integra a base de cálculo do ICMS.
 - 1.9.4 ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços): a PROPOSTA deverá indicar a alíquota do ICMS incluso no preço proposto, em conformidade com o estabelecido na Planilha de Materiais, Quantidades e Preços, SEÇÃO V do EDITAL.
 - 1.9.5 IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados): quando este imposto for destacado no documento fiscal, a PROPOSTA deverá indicar a alíquota do IPI incluso no preço proposto.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

- 1.9.6 Caso algum dos materiais propostos seja incentivado ou sujeito à substituição tributária, o LICITANTE deverá informar, em sua PROPOSTA.
- 1.10 Referente aos itens de fornecimento de materiais:
- 1.10.1 Tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional nº 87/2015, a ELETRONUCLEAR S.A., como contribuinte do imposto, será responsável pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Desta forma, o LICITANTE que não esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar, também, para efeito de EQUALIZAÇÃO DE PROPOSTAS e JULGAMENTO, a cotação do seu preço e todos os lances, na forma abaixo:
- 1.10.1.1 acrescer ao seu preço final os 12,82% (doze inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) referentes ao diferencial de alíquota, conforme fundamentação no convênio ICMS 142/2018. O Estado do Rio de Janeiro orienta a adoção da base dupla para o cálculo do DIFAL.
- 1.10.1.2 para fins de contratação, a ELETRONUCLEAR S.A. irá considerar o valor calculado com a alíquota interestadual do ICMS praticado para o Estado do Rio de Janeiro (12%).
- 1.10.2 De acordo com a Resolução nº 13/12, do Senado Federal, aplicar-se-á a alíquota de 4% (quatro por cento) nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior com conteúdo de importação superior a 40%. Nesse caso, o LICITANTE que atenda aos requisitos exigidos pela legislação aplicável deverá apresentar, para efeito de equalização de PROPOSTAS e julgamento, a cotação do seu preço e todos os lances, na forma abaixo:
- 1.10.2.1 acrescer ao preço final 23,08% (vinte e três inteiros e oito centésimos por cento) referentes ao diferencial de alíquota, conforme fundamentação no convênio ICMS 142/2018. O Estado do Rio de Janeiro orienta a adoção da base dupla para o cálculo do DIFAL.
- 1.10.2.2 para fins de contratação, a ELETRONUCLEAR S.A. irá considerar o valor calculado com a alíquota interestadual de 4% (quatro por cento).
- 1.10.3 O FORNECIMENTO feito por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo SIMPLES, não dispensa a ELETRONUCLEAR S.A. do recolhimento do diferencial de alíquotas do ICMS, de fora do Estado, de mercadorias destinadas a ATIVO IMOBILIZADO e CONSUMO. Desta forma, o LICITANTE (Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP) optante pelo SIMPLES, que não esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar, também, para efeito de EQUALIZAÇÃO DE PROPOSTAS e JULGAMENTO, na cotação do seu preço e todos os lances, o acréscimo ao preço final dos 12,82% (doze inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) ou 23,08% (vinte e três inteiros e oito centésimos por cento), conforme o caso.
- 1.10.4 Os preços cotados para os materiais deverão incluir, onde for aplicável, a embalagem, além de quaisquer custos administrativos e de todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, isentando a ELETRONUCLEAR S.A. de quaisquer custos adicionais. Os preços deverão incluir, ainda, os

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

custos de todos os insumos necessários para a instalação dos materiais adquiridos. Entende-se como insumo todo e qualquer elemento diretamente necessário no processo de instalação.

- 1.10.5 A PROPOSTA deverá informar se o LICITANTE é Microempresa e/ou cadastrada no SIMPLES.
- 1.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.12 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.13 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à PROPOSTA que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
- 1.14 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 1.15 Durante a sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado. O sistema não identificará o autor do lance aos demais participantes.
- 1.16 Será adotado para o envio de lances no PREGÃO eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 1.17 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.18 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.19 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.20 Definida a melhor PROPOSTA, se a diferença em relação à PROPOSTA classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.21 Após o reinício previsto no item supra, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 1.22 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.23 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.
- 1.24 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua PROPOSTA.
- 1.26 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 1.26.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 1.26.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 1.26.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.26.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.27 O disposto no item 1.26.1 acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 1.28 Só poderá haver empate entre PROPOSTAS iguais (não seguidas de lances).

-
- 1.28.1 Havendo eventual empate entre PROPOSTAS ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 1.28.1.1 disputa final, hipótese em que os LICITANTES empatados poderão apresentar nova PROPOSTA em ato contínuo à classificação;
- 1.28.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos LICITANTES, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 1.28.1.3 desenvolvimento pelo LICITANTE de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 1.28.1.4 desenvolvimento pelo LICITANTE de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 1.28.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 1.28.2.1 empresas brasileiras;
- 1.28.2.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.28.2.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 1.28.3 Persistindo ainda o empate, sorteio.
- 1.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da PROPOSTA do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 1.30 Após encerrada a sessão de lances, será verificada a conformidade entre a PROPOSTA de menor valor total global e o valor estimado para a contratação.
- 1.31 Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o LICITANTE desistente à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 1.32 O sistema informará a PROPOSTA de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 1.33 O Pregoeiro, então, solicitará ao LICITANTE melhor classificado que, no prazo de 02 horas, prorrogáveis por igual período, envie a PROPOSTA adequada ao último lance ofertado e documentos complementares (conforme item 1.34 abaixo) e documentação de habilitação conforme SEÇÃO III – HABILITAÇÃO do EDITAL, anexada em local apropriado no site

www.gov.br/compras. Em caso de falha no procedimento de inserção da documentação no referido sítio eletrônico, esta poderá ser, então, encaminhada para o e-mail pregao_servicos@eletronuclear.gov.br.

- 1.33.1 O não atendimento no prazo estipulado, acarretará na desclassificação da PROPOSTA, ficando o LICITANTE sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 1.34 A PROPOSTA deverá conter o(s) seguinte(s) documento(s) complementar(es):
- 1.34.1 Formulário de Planilha de Preços, conforme modelo constante da SEÇÃO V deste EDITAL.
- 1.34.2 Documento referente à Garantia da Qualidade, conforme subitem 2.1.1, SEÇÃO I deste EDITAL.
- 1.35 Declarada encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, conforme disposições deste EDITAL, decidindo motivadamente a respeito.
- 1.36 Em caso de discrepância entre os dados preenchidos no formulário da Planilha de Preços, conforme item 1.34.1 acima, e aqueles contidos em outra PARTE da PROPOSTA, prevalecerão os primeiros.
- 1.36.1 As PROPOSTAS deverão fazer menção ao número deste PREGÃO contendo a razão social da LICITANTE, o CNPJ, número(s) de telefone(s), correio eletrônico, endereço, CEP, indicação do Banco, a agência com respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de instrumento contratual e posterior pagamento.
- 1.37 A ELETRONUCLEAR poderá, a qualquer tempo, solicitar a composição detalhada dos preços apresentados na PROPOSTA.
- 1.38 O preenchimento da PROPOSTA é de exclusiva responsabilidade do LICITANTE, não cabendo à ELETRONUCLEAR ou ao Compras Governamentais qualquer responsabilidade.
- 1.39 A PROPOSTA deverá ser válida pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data fixada para sua abertura.

2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO

- 2.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL GLOBAL**, observado o prazo de execução dos SERVIÇOS e demais condições comerciais e técnicas estabelecidas neste EDITAL e na legislação pertinente.
- 2.1.1 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da PROPOSTA primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

- 2.1.2 O Pregoeiro deverá avaliar se a PROPOSTA do LICITANTE vencedor da etapa de lances atende às especificações técnicas, demais documentos e formalidades exigidas no EDITAL, sob pena de desclassificação, podendo ser subsidiado pela unidade de gestão técnica no que se referir ao atendimento das questões técnicas relacionadas ao objeto da LICITAÇÃO ou de documentos com informações de ordem técnica que podem impactar a sua execução.
- 2.1.3 O Pregoeiro deverá negociar com o LICITANTE autor da melhor PROPOSTA condições mais vantajosas, que poderão abranger os diversos aspectos da PROPOSTA, desde preço, prazos de pagamento e de entrega, sem que lhe caiba, a pretexto da negociação, relativizar ou atenuar as exigências e condições estabelecidas no EDITAL e nos seus documentos anexos.
- 2.1.4 A negociação deve ser motivada pelo Pregoeiro e, quando envolver aspectos técnicos, pelo gestor da unidade técnica.
- 2.1.5 O VALOR TOTAL GLOBAL da PROPOSTA, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela ELETRONUCLEAR, sob pena de desclassificação do LICITANTE.
- 2.1.6 Devem ser observadas as seguintes condições:
- 2.1.6.1 no cálculo do valor da PROPOSTA podem ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos no orçamento da ELETRONUCLEAR, desde que o VALOR TOTAL GLOBAL da PROPOSTA seja igual ou inferior ao orçado pela ELETRONUCLEAR;
- 2.1.6.2 em situações especiais, devidamente comprovadas pelo LICITANTE em relatório técnico, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro podem exceder o limite referido no subitem acima; e
- 2.1.6.3 o relatório técnico, apresentado pelo LICITANTE, deve ser avaliado pelo agente de LICITAÇÃO, podendo este ser subsidiado pelo agente da unidade de gestão técnica e, caso rejeitado, a PROPOSTA do LICITANTE deve ser desclassificada, salvo se o LICITANTE apresentar nova PROPOSTA, com adequação dos custos unitários sem majoração do VALOR TOTAL GLOBAL da PROPOSTA.
- 2.1.7 A negociação deverá ser feita com os demais LICITANTES, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 2.1.8 Se depois de adotada a providência referida no subitem acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a LICITAÇÃO.
- 2.1.9 O Pregoeiro poderá desclassificar as PROPOSTAS que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 2.1.10 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da PROPOSTA.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

- 2.1.11 A análise de exequibilidade da PROPOSTA não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo LICITANTE em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na PROPOSTA.
- 2.1.12 O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da PROPOSTA.
- 2.1.13 O Pregoeiro poderá exigir do LICITANTE a demonstração da exequibilidade da sua PROPOSTA, cabendo-lhe, conforme o caso, verificar ou requisitar que lhe sejam apresentados os subsídios necessários, conforme item 13 do Art. 62 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 2.1.14 Qualquer LICITANTE poderá requerer motivadamente que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das PROPOSTAS, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 2.1.15 Os valores ajustados da PROPOSTA não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a efetuar o arredondamento a menor, no valor unitário.
- 2.2 O Pregoeiro verificará a efetividade dos lances ou PROPOSTAS, desclassificando, em decisão motivada, apenas as PROPOSTAS que contenham vícios insanáveis.
- 2.3 São vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da PROPOSTA e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexecuibilidade e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes, desde que não alterem a substância da PROPOSTA.
- 2.4 O Pregoeiro não permitirá o saneamento de defeitos em PROPOSTAS apresentadas com má-fé ou intenção desonesta, como aqueles contaminados por falsidade material ou intelectual ou que tentem induzir o Pregoeiro a erro.
- 2.5 O Pregoeiro concederá prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos de sua PROPOSTA, indicando expressamente quais aspectos da PROPOSTA ou documentos apresentados junto à PROPOSTA devem ser corrigidos ou supridos.
- 2.6 A correção dos defeitos sanáveis não autoriza alteração do valor final da PROPOSTA, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a ELETRONUCLEAR.
- 2.7 Se a PROPOSTA não for corrigida de modo adequado, o Pregoeiro dispõe de competência discricionária para decidir pela concessão de novo prazo para novas correções.
- 2.8 Caso o LICITANTE não atenda ao solicitado nos itens 2.5 e 2.7, no prazo estipulado, terá a sua PROPOSTA desclassificada e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a ELETRONUCLEAR, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com

os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.

- 2.9 Se a PROPOSTA não for aceitável ou se o LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro solicitará a PROPOSTA subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma PROPOSTA que atenda ao EDITAL.
- 2.10 Constatado o atendimento às exigências fixadas no EDITAL, será declarado o LICITANTE vencedor.
- 2.11 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.
- 2.12 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no presente EDITAL.
- 2.13 Na avaliação das PROPOSTAS não serão considerados itens recomendados pelos LICITANTES.

3 RECURSOS

- 3.1 Declarado o vencedor, após a aceitação da PROPOSTA e da HABILITAÇÃO, qualquer LICITANTE poderá, de forma imediata, manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, durante a sessão pública. Caso aceita, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais LICITANTES, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 3.2 A falta de manifestação imediata do LICITANTE quanto à intenção de recorrer, nos termos acima, importará na decadência desse direito, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao LICITANTE declarado vencedor.
- 3.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

4 AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 4.1 O LICITANTE vencedor, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, será submetido à Avaliação de Integridade antes do processo licitatório ser encaminhado para a homologação por parte da Autoridade Competente, gestor ou agente responsável.
- 4.2 A Avaliação de Integridade é realizada com base no formulário de due diligence e no background check, cujo resultado é expresso pela classificação do risco de integridade dos PRESTADORES DE SERVIÇO, que pode variar entre muito alto, alto, médio e baixo. Desta

forma, o PRESTADOR deverá preencher o FORMULÁRIO DE DUE DILIGENCE, acessando o link <https://espacofornecedor.eletronuclear.gov.br> e assinar a DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE, ANEXO “B” deste EDITAL. Caso o fornecedor seja classificado com o risco de integridade alto ou muito alto, este deve assinar a DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE – FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO, ANEXO “C” deste EDITAL.

- 4.3 O formulário de due diligence é um questionário com a finalidade de identificar a classificação de risco do fornecedor, por meio da análise das práticas de governança adotadas pelo FORNECEDOR, para prevenção e combate à fraude e corrupção, incluindo o seu histórico, o relacionamento com agentes públicos, terceiros, etc.
- 4.4 O background check é realizado por meio de uma ferramenta de busca em banco de dados públicos e privados para levantamento do histórico empresarial do LICITANTE e dos seus sócios/administradores, incluindo registros desabonadores, subsidiando a avaliação de integridade. A pesquisa também poderá ser realizada por outros meios, ou mesmo por intermédio de terceiros, desde que idônea a fonte da informação.
- 4.5 O LICITANTE estará sujeito a prestar esclarecimentos adicionais quando necessário, a fim de consubstanciar os dados preenchidos no formulário de due diligence ou apresentar justificativas, com documentos, para situações identificadas no background check. A recusa em prestar tais informações resultará na desclassificação do LICITANTE.
- 4.6 Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, a Avaliação de Integridade consistirá em:
- a) reunir informações sobre o LICITANTE que pretende ser contratado, bem como sobre seus representantes, incluindo sócios e administradores, de modo a certificar-se de que não há situações impeditivas à contratação;
 - b) determinar o grau de risco do CONTRATO, para realizar a supervisão adequada;
 - c) realizar análise circunstanciada dos LICITANTES, das PROPOSTAS e das possíveis alterações contratuais, bem como a verificação das cláusulas contidas nos EDITAIS, a fim de obstar direcionamento, conluio, fracionamento do objeto ou jogo de planilhas, dentre outros tipos de irregularidades;
 - d) recomendar à Autoridade Competente a homologação ou não homologação da LICITAÇÃO e a tomada de outras providências consideradas adequadas, como anulação parcial da LICITAÇÃO, desclassificação ou inabilitação de LICITANTE e instauração de processos administrativos disciplinares.

5 ASSINATURA DO CONTRATO

- 5.1 Após a homologação do Pregão, o adjudicatário será convocado para que assine digitalmente o CONTRATO dentro de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da data do recebimento da notificação.

- 5.2 A recusa do LICITANTE vencedor em assinar o CONTRATO, no prazo fixado no subitem 5.1, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta LICITAÇÃO, sujeitando-o às penalidades previstas neste EDITAL e na legislação vigente.
- 5.3 Ocorrendo essa hipótese, o Pregoeiro poderá convocar outro LICITANTE e procederá ao exame da sua PROPOSTA, bem como da sua HABILITAÇÃO, segundo a ordem da classificação, até que uma PROPOSTA atenda, integralmente, ao EDITAL, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o CONTRATO.
- 5.4 A ELETRONUCLEAR somente assinará o CONTRATO com o LICITANTE vencedor que não esteja incluído no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), e que estiver com as provas de regularidade relativa aos débitos fiscais federais, através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF), atualizadas à época da assinatura.
- 5.5 O CONTRATO a ser firmado seguirá o modelo contido na SEÇÃO IV – MINUTA DE CONTRATO.

6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 Os LICITANTES estão sujeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a ELETRONUCLEAR, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1 O presente EDITAL e seus anexos, bem como a PROPOSTA do LICITANTE vencedor, farão parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição e/ou anexação.
- 7.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 7.3 Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da LICITAÇÃO.
- 7.4 Após a apresentação da PROPOSTA, não caberá desistência, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

- 7.6 As normas que disciplinam este PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não seja comprometida a segurança do futuro CONTRATO.
- 7.7 Aos casos omissos, aplicam-se as demais condições constantes da legislação citada no subitem 1.1 da SEÇÃO I deste EDITAL.
- 7.8 No curso da presente LICITAÇÃO, assim como no CONTRATO que for celebrado em sua decorrência, é vedado à ELETRONUCLEAR e ao LICITANTE e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu: (i) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; (ii) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo deste procedimento licitatório público; (iii) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; (iv) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (v) fraudar esta LICITAÇÃO pública ou o CONTRATO dela decorrente; ou (vi) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar desta LICITAÇÃO pública ou celebrar o CONTRATO decorrente; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 11.129/2022 (conforme alterado), ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente certame ou com o CONTRATO dele decorrente.

SEÇÃO III

HABILITAÇÃO

1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
2. INFORMAÇÃO SOBRE FATO SUPERVENIENTE

1 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1.1 Os LICITANTES deverão apresentar para a HABILITAÇÃO:

1.1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 em se tratando de Sociedades Empresárias ou Sociedade Limitada Unipessoal, ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento que comprova os poderes de seus representantes;

1.1.3 decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, conforme Parágrafo Único do artigo 16 do Decreto n. 3.555/2000, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.1.4 no caso de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação de seus administradores;

1.1.5 atestado de Capacidade Técnica Operacional em nome da empresa LICITANTE, concedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha prestado serviço compatível com o objeto ora licitado, entendendo-se como compatível aquele que envolva, no mínimo, a execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 11 conjuntos autônomos e testes hidrostáticos de 17 cilindros de ar respirável, sendo permitido para efeito de comprovação o somatório de atestados;

1.1.6 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando:

1.1.6.1 índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superiores a 1 (um), que deverão ser calculados da seguinte forma:

LG = ativo circulante + realizável a longo prazo / passivo circulante + passivo não circulante;

LC = ativo circulante / passivo circulante;

SG = ativo total / passivo circulante + passivo não circulante.

1.1.6.2 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da PROPOSTA do LICITANTE.

1.1.6.3 Caso o LICITANTE não atenda a qualquer uma das exigências dispostas nos Itens 1.1.6.1 e 1.1.6.2, poderá apresentar garantia substitutiva em percentual equivalente a 10% (dez por cento) do valor da sua PROPOSTA, que deverá ser devolvida na assinatura do CONTRATO. Nesse caso, o LICITANTE será considerado habilitado, porém a assinatura do instrumento de CONTRATO será condicionada à apresentação de garantia, pelo vencedor, no quádruplo

do percentual exigido na CLÁUSULA 13 - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - da Seção IV - Minuta do Contrato - deste EDITAL.

- 1.1.7 declaração, de forma virtual, através do local próprio do site www.gov.br/compras, de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;
- 1.1.8 comprovação de regularidade com o FGTS;
- 1.1.9 comprovação de regularidade com a Seguridade Social;
- 1.1.10 Declaração em nome da empresa LICITANTE de que na sua composição societária e no seu quadro de empregados, inclusive na condição de dirigente e gerente, não há pessoa que possua vínculo empregatício com a ELETRONUCLEAR; e que seus sócios/administradores não possuem relação de parentesco, por consanguinidade ou afim até o 3º grau com membros da Alta Administração, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou qualquer empregado que faça parte da área requisitante ou da área de suprimentos (comercial); e que , tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 13.303/16, não está impedida de ser contratada pela ELETRONUCLEAR (ANEXO A deste EDITAL);
- 1.1.11 Certidão negativa de feitos sobre falência da sede do LICITANTE;
- 1.1.11.1 Empresa em recuperação judicial deverá apresentar a sentença homologatória do seu plano de recuperação judicial e, apresentar todos os documentos previstos em edital e necessários para comprovar sua saúde econômica e financeira.
- 1.1.12 Poderá participar qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atenda às exigências deste EDITAL;
- 1.1.13 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente EDITAL e seus anexos;
- 1.1.14 Se o LICITANTE for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- 1.1.15 se o LICITANTE for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o LICITANTE tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 1.1.16 Os Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica, assim como documentos regidos por lei especial, podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ da matriz ou da filial da empresa LICITANTE.
- 1.1.17 Será verificada a possível inclusão do LICITANTE no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

- 1.1.18 Os LICITANTES somente serão inabilitados em razão de defeitos em seus documentos que sejam insanáveis.
- 1.1.18.1 Consideram-se sanáveis defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernente aos seus prazos de validade.
- 1.1.18.2 Será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos constatados nos seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação no local próprio do site www.gov.br/compras. Em caso de falha no procedimento de inserção da documentação no referido sítio eletrônico, esta poderá ser, então, encaminhada para o e-mail pregao_servicos@eletronuclear.gov.br.
- 1.1.18.3 Se os defeitos não forem corrigidos de modo adequado, o agente de licitação dispõe de competência discricionária para decidir pela concessão de novo prazo para novas correções.
- 1.1.18.4 Caso o LICITANTE não atenda ao solicitado no item 1.1.18.2 e 1.1.18.3, no prazo estipulado, estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 1.1.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 1.2 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação
- 1.3 O LICITANTE cadastrado no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) ficará dispensado de apresentar os documentos exigidos no presente EDITAL e já apresentados por ocasião do cadastramento e que estejam dentro do prazo de validade.

2 INFORMAÇÃO SOBRE FATO SUPERVENIENTE

- 2.1 O LICITANTE fica obrigado, sob as penalidades legais, a informar à ELETRONUCLEAR qualquer circunstância ou fato ocorrido após a apresentação da documentação de habilitação que importe alteração de suas condições de HABILITAÇÃO.

SEÇÃO IV
MINUTA DE CONTRATO

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ELETRONUCLEAR S.A.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO EM
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DA MARCA IBR**

CONTRATADA:

PREGÃO ELETRÔNICO N° DSE.A /PE – 020/2026

VALOR DO CONTRATO: R\$

BASE DO PREÇO: /

RECURSOS FINANCEIROS: ELETRONUCLEAR S.A.

CONTA RAZÃO N° .: 4121007001

CENTRO DE CUSTO N° .: U305040008

ÍNDICE

CLÁUSULA 1 ^a	OBJETO.....	3
CLÁUSULA 2 ^a	DOCUMENTOS CONTRATUAIS.....	3
CLÁUSULA 3 ^a	ESCOPO DOS SERVIÇOS	4
CLÁUSULA 4 ^a	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	6
CLÁUSULA 5 ^a	OBRIGAÇÕES DA ELETRONUCLEAR.....	8
CLÁUSULA 6 ^a	REPRESENTANTE DA CONTRATADA.....	9
CLÁUSULA 7 ^a	REPRESENTANTE DA ELETRONUCLEAR.....	10
CLÁUSULA 8 ^a	PREÇOS	10
CLÁUSULA 9 ^a	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	10
CLÁUSULA 10	CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO	11
CLÁUSULA 11	DEDUÇÕES E COMPENSAÇÕES	14
CLÁUSULA 12	GARANTIA TÉCNICA	14
CLÁUSULA 13	GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	15
CLÁUSULA 14	SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA.....	16
CLÁUSULA 15	CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	16
CLÁUSULA 16	INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA.....	17
CLÁUSULA 17	RESCISÃO	17
CLÁUSULA 18	CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO.....	18
CLÁUSULA 19	PENALIDADES.....	18
CLÁUSULA 20	ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR.....	19
CLÁUSULA 21	RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	20
CLÁUSULA 22	TRIBUTOS	21
CLÁUSULA 23	CONFIDENCIALIDADE	22
CLÁUSULA 24	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	22
CLÁUSULA 25	VALOR DO CONTRATO	22
CLÁUSULA 26	TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO.....	23
CLÁUSULA 27	NOVAÇÃO	23
CLÁUSULA 28	CONFORMIDADE.....	23
CLÁUSULA 29	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	25
CLÁUSULA 30	MATRIZ DE RISCO	26
CLÁUSULA 31	SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE.....	27
CLÁUSULA 32	FORO.....	28
ANEXO A	PLANILHA DE PREÇOS	1
ANEXO B	GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	1
ANEXO C	MATRIZ DE RISCO	1
ANEXO D	TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO.....	1
ANEXO E	TERMO DE AUTORIZAÇÃO REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD	1
ANEXO F	ENGENHARIA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL.....	1
ANEXO G	MODELO DE PLANO DA QUALIDADE	1

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

CONTRATO QUE, ENTRE SI, FAZEM ELETRONUCLEAR S.A. E (NOME DA CONTRATADA)

ELETRONUCLEAR S.A., com sede na rua Candelária nº. 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o nº. 42.540.211/0001-67, e na Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 84.781.533, doravante denominada ELETRONUCLEAR, de um lado, e [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CONTRATADA] com sede na [indicar endereço completo, telefone e e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o nº [INFORMAR Nº CNPJ] doravante denominada CONTRATADA, de outro lado, denominadas conjuntamente como PARTES, neste ato, representadas pelos seus Diretores ou Procuradores devidamente identificados e na forma da lei autorizados, que “in fine” assinam.

CONSIDERANDO que a CONTRATADA foi sagrada vencedora do Pregão Eletrônico nº. DSE.A/PE – 020/2026.

CONSIDERANDO que a contratação foi homologada pela autoridade competente no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

As PARTES têm entre si ajustado o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª OBJETO

- 1.1 Constitui OBJETO deste CONTRATO a prestação, pela CONTRATADA, sob o regime de empreitada por preço global, dos SERVIÇOS de assistência técnica de manutenção em equipamentos de Proteção Respiratória da marca IBR.
- 1.2 Este CONTRATO será regido pelo disposto na Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: [https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento de Licita%C3%A7%C3%B5es e Contratos.pdf](https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf), Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações, sendo os casos omissos dirimidos pela ELETRONUCLEAR, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA 2ª DOCUMENTOS CONTRATUAIS

- 2.1 Este CONTRATO será regido pelas cláusulas e condições aqui estipuladas e pelo disposto nos documentos a seguir, que são de pleno conhecimento das PARTES e constituem PARTE integrante deste instrumento, independentemente de anexação:
 - a) EDITAL do Pregão nº DSE.A/PE-020/2026 e seus anexos, bem como toda correspondência emitida pela ELETRONUCLEAR para esclarecimento ou alteração do mesmo.
 - b) PROPOSTA da CONTRATADA, referência, de ____/____/____.
- 2.2 Os documentos relacionados nesta CLÁUSULA são considerados pelas PARTES completos e suficientes para definirem o objeto deste CONTRATO.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 2.3 Ocorrendo divergência entre os termos deste CONTRATO e qualquer dos documentos mencionados nesta CLÁUSULA ou desses últimos entre si, prevalecerá sempre o CONTRATO e depois os referidos documentos na ordem em que se encontram listados no item 2.1 acima.
- 2.4 A CONTRATADA não poderá se eximir de suas responsabilidades contratuais, e nem pleitear prorrogação de prazos ou revisão de preços e/ou das condições aqui ajustadas, em virtude de erros, omissões e/ou sob alegação de desconhecimento de atos ou fatos que vierem a ser por ela verificados posteriormente à assinatura deste CONTRATO.
- 2.5 Qualquer alteração deste CONTRATO somente será considerada quando feita através de ADITAMENTO, assinado pelas PARTES, ressaltando-se as hipóteses elencadas no § 7º do artigo 81 da Lei nº. 13.303/16, bem como no item 2, do artigo 94 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que permitem a formalização por simples apostilamento.

CLÁUSULA 3ª ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 3.1 O ESCOPO deste CONTRATO é constituído de SERVIÇOS de assistência técnica em equipamentos de Proteção Respiratória da marca IBR, com o objetivo de realizar manutenção preventiva, corretiva e testes hidrostáticos, conforme a seguir:
- 3.1.1 Equipamentos Autônomos de Ar Respirável:
- Limpeza e higienização;
 - Manutenção preventiva e corretiva;
 - Aferição de manômetros;
 - Emissão de laudo de aferição e calibração;
 - Manutenção em mangueiras de alta e baixa pressão;
 - Manutenção completa em válvulas de demanda, redutores e engates;
 - Teste vazão.
- 3.1.2 Manutenção corretiva e preventiva de Máscara Facial:
- Manutenção completa em redutores de pressão;
 - Manutenção completa em arreios;
 - Manutenção completa em registro de ar;
 - Teste de vedação;
 - Hermeticidade.
- 3.1.3 Manutenção preventiva e corretiva nos cilindros de ar respirável:
- Teste hidrostático trianual (3 em 3 anos) – expansão volumétrica;
 - Revisão e Manutenção Preventiva de válvulas de alta pressão;
 - Recarga dos cilindros e emissão de laudos de qualidade do ar.
- 3.2 A manutenção corretiva está contemplada conjuntamente com a preventiva, uma vez que, diante da ocorrência de falhas em determinados equipamentos, a intervenção corretiva não é realizada de forma imediata. Nesses casos, os equipamentos com defeito são segregados

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

e permanecerão fora de uso até a data programada da próxima manutenção preventiva, ocasião em que serão executados, de forma conjunta, os reparos corretivos e as revisões preventivas.

- 3.2.1 Essa metodologia de manutenção combinada é tecnicamente viável e operacionalmente eficiente, considerando o elevado número de equipamentos disponíveis no parque de proteção respiratória. Dessa forma, a postergação da manutenção corretiva até o ciclo preventivo subsequente não compromete a disponibilidade operacional nem a continuidade dos serviços, garantindo, ao mesmo tempo, otimização de recursos e redução de paradas não programadas.
- 3.3 As manutenções preventivas e corretivas dos 55 conjuntos autônomos de ar respirável e das 90 máscaras faciais serão executadas com periodicidade anual, conforme recomendação do fabricante e critérios de confiabilidade operacional. Já os 85 cilindros de ar respirável serão submetidos a manutenção preventiva com teste hidrostático trienal, em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 12543:2017 e dos padrões de segurança aplicáveis à inspeção de vasos de pressão.
- 3.4 No decorrer do ano vigente os equipamentos serão encaminhados para manutenção em 3 (três) remessas distintas, implicando a realização de três recolhimentos e três devoluções ao longo de cada ano, conforme previsto no cronograma de execução dos serviços.
- 3.5 Cronograma de execução de serviços:

Ano	Descrição do Serviço	Qtd.
Ano 1	Manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de Ar Respirável	55
	Manutenção corretiva e preventiva de Máscara Facial	90
	Manutenção corretiva e preventiva com teste hidrostático dos cilindros de Ar Respirável	85
	Recolhimento e devolução dos equipamentos	3
Ano 2	Manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de Ar Respirável	55
	Manutenção corretiva e preventiva de Máscara Facial	90
	Recolhimento e devolução dos equipamentos	3
Ano 3	Manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de Ar Respirável	55
	Manutenção corretiva e preventiva de Máscara Facial	90

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

	Recolhimento e devolução dos equipamentos	3
Ano 4	Manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de Ar Respirável	55
	Manutenção corretiva e preventiva de Máscara Facial	90
	Manutenção corretiva e preventiva com teste hidrostático dos cilindros de Ar Respirável	85
	Recolhimento e devolução dos equipamentos	3
Ano 5	Manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de Ar Respirável	55
	Manutenção corretiva e preventiva de Máscara Facial	90
	Recolhimento e devolução dos equipamentos	3

CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 Além de assumir, de forma irrevogável e sem ressalvas, a integral responsabilidade pela execução deste CONTRATO, de acordo com as obrigações legais, técnicas e contratuais, a CONTRATADA deverá:
- 4.1.1 manter, durante toda a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na LICITAÇÃO;
- 4.1.2 prestar à ELETRONUCLEAR quaisquer esclarecimentos relacionados a este CONTRATO;
- 4.1.3 abster-se de alterar, sem autorização expressa da ELETRONUCLEAR, as condições que durante a execução deste CONTRATO tenham por ela sido aprovadas, sob pena de ser considerada inadimplente e sujeita às penalidades cabíveis;
- 4.1.4 facilitar o pleno exercício das funções do representante da ELETRONUCLEAR;
- 4.1.5 permitir que a ELETRONUCLEAR, a qualquer tempo, vistorie as instalações, equipamentos, máquinas, ferramentas e materiais utilizados na execução deste CONTRATO;
- 4.1.6 manter, em boa ordem e devidamente atualizado, arquivo completo da documentação relacionada a este CONTRATO;
- 4.1.7 disponibilizar à ELETRONUCLEAR toda documentação relacionada à execução deste CONTRATO, de modo a poder verificar o fiel cumprimento das suas obrigações contratuais, acatando e implementando as recomendações daí oriundas;
- 4.1.8 responder pela guarda e conservação de qualquer material e/ou documento de propriedade da ELETRONUCLEAR, relacionados a este CONTRATO;

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 4.1.9 executar todas as atividades pertinentes a este CONTRATO através de profissionais especializados, com rigorosa observância aos conceitos técnicos estabelecidos nos documentos contratuais e tudo mais que for necessário ao perfeito cumprimento deste CONTRATO;
- 4.1.10 cumprir o disposto na legislação trabalhista e nas normas regulamentadoras NR relativas à segurança e medicina do trabalho, na legislação ordinária federal, estadual e municipal, aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, bem como nos acordos e convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais envolvidas;
- 4.1.11 ingressar na Justiça do Trabalho nos processos relativos a reclamações trabalhistas de seus empregados e ex-empregados, nas quais a ELETRONUCLEAR estiver, porventura, arrolada, bem como comparecer em juízo nas ações trabalhistas ajuizadas por seus empregados, defendendo-se judicialmente, reconhecendo e provando perante a Justiça do Trabalho sua condição de empregadora, arcando, inclusive, com todos os custos e ônus decorrentes de uma eventual condenação em quaisquer instâncias;
- 4.1.12 isentar a ELETRONUCLEAR de todas as reclamações, reivindicações e ou ações referentes, direta ou indiretamente, à execução deste CONTRATO, resultantes de seus atos e/ou omissões;
- 4.1.13 não alocar neste CONTRATO ex-empregado da ELETRONUCLEAR, salvo decorrido o prazo de 06 (seis) meses após o seu desligamento, ou que possuam condenações na esfera criminal, civil, ou que estejam respondendo processos que tramitam em corte de contas (TCU), em razão de atos lesivos à ELETRONUCLEAR;
- 4.1.14 não alocar neste CONTRATO familiares até o 3º grau de empregados da ELETRONUCLEAR que sejam ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, fiscais do CONTRATO relacionados diretamente a esta contratação e aos membros da Alta Administração;
- 4.1.15 realizar os treinamentos de integridade do pessoal alocado neste CONTRATO, sempre que oferecido pela ELETRONUCLEAR;
- 4.1.16 executar os serviços conforme as especificações técnicas e padrões exigidos pela legislação vigente, incluindo a NR-09 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), NR-15 (Atividades e Operações Insalubres), NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados), e normas CNEN NN 3.01 e CNEN NE 3.02;
- 4.1.17 prover todas as peças sobressalentes originais necessárias, garantindo que sejam originais e certificadas pelo fabricante IBR INTERESPIRO DO BRASIL;
- 4.1.18 manter planilha de controle das peças sobressalentes previstas no contrato, cujas quantidades terão caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de consumo mínimo ou faturamento automático.
- 4.1.19 acatar que a substituição de quaisquer peças somente poderá ser realizada mediante emissão de laudo técnico individualizado por equipamento e registro fotográfico das peças a serem substituídas, contendo a justificativa da necessidade da troca, o qual deverá ser previamente submetido à análise e aprovação da fiscalização do CONTRATO;

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 4.1.20 acatar que o faturamento das peças sobressalentes ficará condicionado à prévia aprovação do respectivo laudo técnico pela fiscalização, conforme item 10.1.1, e será realizado de forma proporcional às quantidades efetivamente substituídas e aceitas;
- 4.1.21 assegurar a rastreabilidade das peças aplicadas por equipamento, mantendo registros detalhados que permitam a verificação, a qualquer tempo, pela fiscalização, de modo a coibir faturamentos indevidos e garantir a transparência da execução contratual;
- 4.1.22 emitir laudos técnicos de aferição, manutenção e calibração, com detalhamento das intervenções realizadas, de acordo com os requisitos estabelecidos nas normas técnicas aplicáveis;
- 4.1.23 realizar testes hidrostáticos conforme os padrões internacionais de segurança e qualidade, emitindo certificados de conformidade;
- 4.1.24 assegurar que todos os profissionais envolvidos na prestação dos serviços sejam capacitados e certificados, conforme exigências da legislação vigente e normas de segurança e saúde ocupacional;
- 4.1.25 manter atualizados os registros de todas as intervenções e serviços realizados nos equipamentos, disponibilizando relatórios completos ao contratante sempre que solicitado;
- 4.1.26 garantir que cada equipamento que necessitar de manutenção corretiva seja atendido dentro da programação anual, de forma integrada às manutenções preventivas, assegurando a disponibilidade operacional e a otimização dos recursos técnicos e logísticos;
- 4.1.27 cumprir todas as obrigações legais e normativas referentes à segurança, saúde ocupacional e proteção ambiental durante a execução dos serviços;
- 4.1.28 realizar o recolhimento e devolução dos equipamentos a serem submetidos à manutenção;
- 4.1.28.1 Essas atividades serão realizadas em 3 (três) remessas anuais, conforme programação acordada com a fiscalização do CONTRATO, no início de cada ano, durante a vigência do CONTRATO;
- 4.1.28.2 O recolhimento e a devolução deveram ser feitos na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, situado na Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte – BR-101/RJ, S/N – KM 534,46 – Itaorna – Angra dos Reis – RJ, CEP: 23948-000 ou no Ponto de Controle de Emergência, situado na vila residencial de Mambucaba 2 no município de Paraty CEP: 239700-000, conforme programação acordada com a fiscalização do CONTRATO.
- 4.1.29 realizar os testes e serviços necessários e devolver os equipamentos no endereço indicado pela contratante, em um prazo máximo de 2 (dois) meses contados a partir da data de coleta.

CLÁUSULA 5ª OBRIGAÇÕES DA ELETRONUCLEAR

- 5.1 Constituem obrigações da ELETRONUCLEAR, além de outras constantes deste CONTRATO:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZT)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 5.1.1 efetuar os pagamentos estabelecidos neste CONTRATO;
- 5.1.2 recusar qualquer serviço, equipamento, peça ou material que, justificadamente, não atenda ao estabelecido neste CONTRATO;
- 5.1.3 exigir da CONTRATADA a imediata substituição de qualquer profissional alocado a este CONTRATO, cuja atuação seja considerada, a seu critério, insatisfatória ou inconveniente;
- 5.1.4 fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA;
- 5.1.5 cientificar a CONTRATADA de todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades que encontrar na prestação dos SERVIÇOS;
- 5.1.6 sustar a execução total ou parcial deste CONTRATO, a qualquer tempo, sempre que a sua execução não estiver de acordo com os requisitos nele estabelecidos;
- 5.1.7 disponibilizar acesso aos equipamentos e áreas necessárias para a execução dos serviços de manutenção, seguindo as normas de segurança da empresa;
- 5.1.8 fornecer as informações e orientações necessárias sobre os equipamentos e seus históricos de manutenção para assegurar que a CONTRATADA possa planejar e executar os serviços adequadamente;
- 5.1.9 realizar a inspeção e validação dos serviços executados, conforme o cronograma acordado, a fim de garantir que os mesmos estejam em conformidade com os requisitos técnicos e contratuais;
- 5.1.10 prover o pagamento dos serviços conforme o cronograma financeiro estabelecido, desde que atendidas todas as condições de execução e aprovação dos serviços prestados;
- 5.1.11 informar a CONTRATADA sobre qualquer alteração nas condições operacionais dos equipamentos que possam impactar a execução dos serviços;
- 5.1.12 colaborar para que as intervenções ocorram dentro dos prazos acordados, evitando atrasos ou interrupções desnecessárias;

CLÁUSULA 6ª REPRESENTANTE DA CONTRATADA

- 6.1 A CONTRATADA obriga-se a indicar, por escrito, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste CONTRATO, e manter durante todo o período de sua vigência, um representante investido de plenos poderes, devidamente credenciado a representá-la em todos os atos referentes à execução deste CONTRATO e, em especial, a atuar em nível de decisão, em nome dela, CONTRATADA, em todos os atos referentes à sua execução.
- 6.2 A CONTRATADA credenciará, também, por escrito, um substituto para o seu representante, na hipótese de ocorrer algum impedimento do representante titular.
- 6.3 A CONTRATADA, através do seu representante, deverá facilitar a ação da fiscalização pela

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

ELETRONUCLEAR, fornecendo informações e provendo o acesso à documentação ou aos SERVIÇOS em andamento, atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

CLÁUSULA 7ª REPRESENTANTE DA ELETRONUCLEAR

- 7.1 A ELETRONUCLEAR credenciará, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste CONTRATO, um representante e seu substituto, investidos de plenos poderes para, diretamente, exercerem o acompanhamento e a fiscalização deste CONTRATO, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA.
- 7.2 O representante terá as seguintes atribuições precípuas:
- 7.2.1 dar à CONTRATADA toda assistência necessária à execução deste CONTRATO;
- 7.2.2 zelar pela estrita obediência às estipulações deste CONTRATO, à documentação a ele anexa, às normas da ELETRONUCLEAR e à melhor técnica consagrada pelo uso para a execução do OBJETO contratado. Na hipótese de alterações absolutamente imprescindíveis, providenciar para que o pedido de Aditamento, acompanhado das devidas justificativas, se faça em tempo hábil, de forma a permitir a análise e a tomada de decisão pelos níveis competentes da ELETRONUCLEAR;
- 7.2.3 atestar a execução dos eventos contratuais, visando à liberação do faturamento ou a aceitação parcial ou final do objeto contratado.
- 7.2.4 anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA 8ª PREÇOS

- 8.1 Pela execução do objeto deste CONTRATO a ELETRONUCLEAR pagará à CONTRATADA o PREÇO GLOBAL de R\$ _____, em conformidade com critérios estabelecidos na CLÁUSULA 10 – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO.
- 8.2 Nos preços estão incluídos: impostos, custos diretos e indiretos, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, contribuições fiscais e/ou para fiscais, supervisão, tributos, seguros, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucros e tudo aquilo que for relacionado e/ou necessário à execução deste CONTRATO e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

CLÁUSULA 9ª REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 9.1 Os preços indicados na CLÁUSULA 8ª – PREÇOS serão reajustados, anualmente, a partir do mês da Proposta da CONTRATADA até a data do adimplemento de cada parcela, com base na seguinte fórmula:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

$R = P_o (F - 1)$, onde:

R = Valor do reajuste;

P_o = Valor da parcela sujeita à reajuste;

F = Fator de reajuste válido por período de 12 meses;

$F = A/A_o$, onde:

A = índice Relativo à Variação dos Preços ao Consumidor Rio de Janeiro Disponibilidade Interna (IPC/RJ-DI) Coluna 8, cód. 1439877, publicado na revista econômica, pela FGV, relativo ao 12º mês subsequente ao mês da Proposta da CONTRATADA ou para o 12º mês após o último reajustamento.

A_o = mesmo índice conforme acima, vigentes no mês da Proposta da CONTRATADA.

- 9.2 No caso da extinção do índice constante da fórmula de reajuste, aplicar-se-á aquele que vier a ser fixado pela entidade emissora em sua substituição ou, na ausência deste, aplicar-se-á outro, a ser acordado pelas PARTES.
- 9.3 No caso de alteração das bases de cálculo do índice constante da fórmula de reajuste, deverá ser acordada pelas PARTES a manutenção do mesmo ou a sua substituição por outro índice de semelhante teor.
- 9.4 Na hipótese de atraso de evento de faturamento por culpa da CONTRATADA, o reajuste de preço obedecerá à data contratualmente prevista para a realização do evento.

CLÁUSULA 10 CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

10.1 FATURAMENTO

- 10.1.1 A CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança referentes a este CONTRATO, após a devolução dos equipamentos submetidos à manutenção, com base nos preços apresentados na CLÁUSULA 8ª – PREÇOS, sendo faturados os valores correspondentes aos serviços efetivamente executados e aos sobressalentes efetivamente substituídos, conforme detalhado no ANEXO A - PLANILHA DE PREÇOS.
- 10.1.1.1 O faturamento será realizado desde que devidamente acompanhado do respectivo relatório técnico contendo o detalhamento dos serviços executados e, quando for o caso, da autorização formal emitida pela fiscalização para a substituição de peças sobressalentes. O pagamento ficará condicionado ao aceite definitivo pela fiscalização designada.
- 10.1.2 Os documentos de cobrança, indicando o número deste CONTRATO, o CNPJ e a inscrição estadual da ELETRONUCLEAR, deverão ser emitidos em 1 (uma) via original e 2 (duas) cópias, pelo seu valor básico e pelo valor de reajuste, separadamente, quando aplicável, não sendo admitidos documentos de cobrança que façam referência a diversos CONTRATOS.
- 10.1.3 Os documentos de cobrança deverão, ainda, ser emitidos em inteira conformidade com as exigências legais, principalmente de natureza fiscal, destacando, quando exigível, os percentuais de incidência tributária, em especial, aquele relativo ao INSS (explicitando, em

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

separado, o valor da mão de obra e o montante correspondente à retenção percentual).

- 10.1.3.1 No caso da CONTRATADA estar obrigada a emitir nota fiscal eletrônica de SERVIÇOS por imposição da Legislação Municipal, deverá enviá-la para o seguinte endereço: sna3sed@eletronuclear.gov.br.
- 10.1.4 Os demais documentos de cobrança, acompanhados da respectiva documentação comprobatória, bem como toda correspondência comercial referente a este CONTRATO deverão ser endereçados para o seguinte e-mail: adcona@eletronuclear.gov.br.
- 10.1.5 Os documentos de cobrança não terão validade se emitidos antes da ocorrência do evento que autorize o faturamento.
- 10.1.6 O não cumprimento, pela CONTRATADA, do disposto nesta cláusula, no que for aplicável, facultará a ELETRONUCLEAR devolver os documentos de cobrança e a contar um novo prazo de vencimento, a partir do dia da sua reapresentação.
- 10.2 PAGAMENTOS
- 10.2.1 Os pagamentos, condicionados à certificação técnica do cumprimento do evento gerador de faturamento e à aprovação dos documentos de cobrança pela ELETRONUCLEAR, serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a data final do adimplemento do referido evento. Se o dia do vencimento do prazo cair no sábado, domingo, feriado nacional ou local, o prazo para o pagamento será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.
- 10.2.2 Para que a ELETRONUCLEAR possa cumprir o prazo de pagamento acima, os documentos de cobrança deverão ser entregues à ELETRONUCLEAR até o 5º (quinto) dia útil após o cumprimento do evento gerador de faturamento.
- 10.2.3 Caso a CONTRATADA apresente os documentos de cobrança em desacordo com os subitens 10.1.4 e 10.2.2 acima, o prazo de pagamento definido no subitem 10.2.1 será prorrogado por tantos dias quantos corresponderem ao atraso na apresentação dos documentos de cobrança.
- 10.2.4 Em caso de dúvidas nos documentos de cobrança, a ELETRONUCLEAR poderá, a seu exclusivo critério, pagar apenas a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução final da controvérsia, com vencimento no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data em que as dúvidas forem solucionadas e a fatura aprovada pela ELETRONUCLEAR, sem ônus adicionais.
- 10.2.5 Caso sejam verificadas diferenças, a maior ou a menor, nos valores cobrados pela CONTRATADA, estas diferenças (se a maior) serão glosadas do respectivo faturamento, ou (se a menor) serão objeto de faturamento complementar a ser emitido pela CONTRATADA, sem quaisquer acréscimos ou alterações.
- 10.2.6 A CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal relativa aos débitos previdenciários, através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito de negativa emitida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no momento do pagamento, estando sujeita, no caso de descumprimento, às penalidades

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

previstas neste CONTRATO.

- 10.2.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA até que seja apresentada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, conforme CLÁUSULA 13 deste CONTRATO.
- 10.2.8 Os pagamentos serão efetuados pela ELETRONUCLEAR através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA. Para tanto, fica a CONTRATADA obrigada a informar, no documento de cobrança, o banco, a agência, a praça e a conta corrente para acatar tais créditos, sem o que a ELETRONUCLEAR não efetuará os pagamentos.
- 10.2.9 Desde já, fica acertado que o comprovante do depósito bancário se constituirá em documento comprobatório do pagamento.
- 10.2.10 A ELETRONUCLEAR não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste CONTRATO.

10.3 ATRASO DE PAGAMENTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela ELETRONUCLEAR, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), acrescido dos encargos calculado da seguinte forma:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I=Índice de atualização financeira, calculado como: $(6/100/365) = 0,00016438$;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

- 10.4 Fica vedado o desconto bancário ou o endosso de duplicatas acaso extraídas com base neste CONTRATO, não se responsabilizando a ELETRONUCLEAR por seu pagamento, se verificado dito desconto ou endosso. Se a CONTRATADA proceder de forma contrária ao aqui disposto, o presente CONTRATO poderá ser rescindido, aplicando-se as cominações legais e contratuais de que tratam o art. 95 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no endereço eletrônico: [https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento de Licita%C3%A7%C3%B5es e Contratos.pdf](https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf).
- 10.5 A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de recolhimento do Imposto Sobre SERVIÇOS de Qualquer Natureza (ISSQN), relativo ao faturamento para a liberação da cobrança e respectivo pagamento, indicando na guia de arrecadação o número deste CONTRATO e o CNPJ da ELETRONUCLEAR como tomadora dos SERVIÇOS, exceto nos casos em que a ELETRONUCLEAR efetua a retenção e recolhimento por imposição da legislação

local.

- 10.5.1 Se a CONTRATADA enviar a nota fiscal eletrônica para a ELETRONUCLEAR, referente aos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, estará dispensada de apresentar o comprovante mencionado no subitem acima.
- 10.5.2 A CONTRATADA compromete-se a cumprir as formalidades legais exigidas pelo município em que está sendo executado o serviço, para o faturamento decorrente de nota fiscal emitida por outro município, sob pena de retenção e recolhimento do ISSQN no local da prestação.
- 10.6 Em cumprimento ao art. 34 da Lei nº. 10.833, de 29/12/2003, os documentos de cobrança sofrerão retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP.
- 10.6.1 A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor que estiver sendo pago, o percentual estabelecido pela Receita Federal do Brasil, conforme Instrução Normativa vigente à época do pagamento, disponível no seguinte endereço eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br.
- 10.6.2 Os casos de imunidade, isenção, não incidência e alíquota zero serão tratados nos termos da referida Instrução Normativa.
- 10.6.3 Caso a CONTRATADA estiver dispensada da retenção, deverá enviar uma declaração assinada pelo seu representante legal que comprove essa condição, na forma estabelecida pela mencionada Instrução Normativa.

CLÁUSULA 11 DEDUÇÕES E COMPENSAÇÕES

- 11.1 A ELETRONUCLEAR poderá deduzir de quaisquer créditos da CONTRATADA e/ou executar a garantia contratual para a compensação dos valores a ela devidos, em conformidade com as disposições deste CONTRATO.
- 11.2 Os valores não compensados na forma acima e não pagos pela CONTRATADA são considerados pelas PARTES, desde já, dívidas líquidas e certas, cobráveis mediante execução judicial, constituindo este CONTRATO título executivo extrajudicial (art. 784, II, do NCPC).

CLÁUSULA 12 GARANTIA TÉCNICA

- 12.1 O objeto deste CONTRATO será garantido pela CONTRATADA, a contar da data da sua aceitação pela ELETRONUCLEAR, pelo período de:
- 12.1.1 90 dias de garantia pelos serviços prestados, contados a partir da data de aceitação final dos serviços por parte da ELETRONUCLEAR. Durante o período de garantia, a CONTRATADA se compromete a corrigir, sem custo adicional, quaisquer falhas decorrentes de defeitos nos serviços prestados.
- 12.1.2 12 meses de garantia por quaisquer peças, componentes ou outros materiais que

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

apresentarem vício, defeitos de fabricação, instalação ou danos não decorrentes de uso em condições normais. As peças deverão ser substituídas por originais e novas, sem qualquer ônus adicional à ELETRONUCLEAR.

- 12.2 A ELETRONUCLEAR deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer deficiência por ela verificada nos SERVIÇOS.
- 12.3 Caso a CONTRATADA se recusa a executar a correção de qualquer deficiência ou não conseguir executá-la dentro do prazo e condições estabelecidas, por razões atribuíveis a mesma, ou em caso de emergência, a ELETRONUCLEAR ou sua designada poderá executar as correções necessárias, sendo de responsabilidade da CONTRATADA as despesas daí resultantes.
- 12.4 Para a correção efetuada pela CONTRATADA será dada a garantia de, no mínimo 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua finalização, sem prejuízo das garantias previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 acima.

CLÁUSULA 13 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 13.1 Para garantir o fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas neste CONTRATO, a CONTRATADA, dentro de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ELETRONUCLEAR, após a sua assinatura, fará entrega de uma das garantias abaixo discriminadas, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor deste CONTRATO:
- 13.1.1 caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro centralizado de liquidação e custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 13.1.2 fiança bancária, emitida por instituição aceita pela ELETRONUCLEAR, e de acordo com o modelo constante do ANEXO B - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- 13.1.3 seguro garantia feito junto à entidade autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e de acordo com o modelo constante do ANEXO B - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- 13.2 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO deverá permanecer em vigor até a emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO.
- 13.3 No caso de acréscimo do valor deste CONTRATO, a CONTRATADA deverá atualizar às suas custas o valor da garantia, na mesma proporção, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos.
- 13.4 No caso de prorrogação do prazo de execução deste CONTRATO ou não cumprimento do mesmo, que leve ao vencimento da garantia antes dos prazos estabelecidos no item 13.2 acima, a CONTRATADA deverá renová-la, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos. O ônus pela renovação será da CONTRATADA, caso a ocorrência se dê por sua culpa.

- 13.5 Caso a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja executada, a CONTRATADA obriga-se a complementar tal garantia, às suas custas, dentro de um período máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data que a ELETRONUCLEAR entregar a comunicação por escrito referente à execução da garantia, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos.
- 13.6 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será devolvida à CONTRATADA pela ELETRONUCLEAR após o período estabelecido no item 13.2 acima, na forma da lei.

CLÁUSULA 14 SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA

- 14.1 Será admitida a subcontratação apenas para a parcela do escopo referente ao transporte/frete dos equipamentos, restringindo-se à logística de coleta e devolução dos materiais e não envolvendo, em nenhuma hipótese, a execução de serviços técnicos, manutenção, inspeção, testes, emissão de laudos ou qualquer outra atividade relacionada ao objeto principal do CONTRATO.
- 14.2 O objeto deste CONTRATO deverá ser executado diretamente pela CONTRATADA e só poderá ser parcialmente subcontratado mediante prévia e expressa autorização da ELETRONUCLEAR.
- 14.3 No caso de ocorrer prévia aprovação da ELETRONUCLEAR para a subcontratação, nenhum vínculo contratual haverá entre a ELETRONUCLEAR e eventuais subcontratadas.
- 14.4 A ELETRONUCLEAR não manterá com as eventuais subcontratadas qualquer comunicação ou entendimento direto, devendo os mesmos ser feitos por intermédio da CONTRATADA.
- 14.5 A parcela subcontratada será considerada como se estivesse sendo executada pela CONTRATADA.
- 14.6 Subsistirá, em qualquer caso, a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução da parcela subcontratada, bem como pelas obrigações legais e contratuais, sejam quais forem as condições do subcontrato.
- 14.7 São vedadas a transferência, a cessão, a dação em garantia e a subcontratação total deste CONTRATO.
- 14.8 Deverá ser apresentado CONTRATO firmado com a subcontratada, prevendo a obrigatoriedade do cumprimento de cláusulas anticorrupção.

CLÁUSULA 15 CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- 15.1 Os casos fortuitos ou de força maior, como definidos na legislação brasileira, serão excludentes de responsabilidade das PARTES, desde que direta e comprovadamente venham a afetar e prejudicar a execução deste CONTRATO.
- 15.2 Para que a PARTE afetada possa se eximir das penalidades previstas neste CONTRATO, sob a motivação do item anterior, deverá:

- 15.2.1 comunicar e comprovar a ocorrência à outra PARTE, por escrito, em até 30 (trinta) dias corridos contados do evento causador, submetendo uma estimativa das consequências e previsão das repercussões;
- 15.2.2 apresentar um relatório circunstanciado das ocorrências e medidas tomadas em até 30 (trinta) dias corridos contados da cessação do evento causador.

CLÁUSULA 16 INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA

- 16.1 A CONTRATADA será considerada inadimplente na ocorrência de qualquer dos fatos abaixo:
 - 16.1.1 o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos intermediários e finais;
 - 16.1.2 o desatendimento das determinações regulares do representante da ELETRONUCLEAR designado para acompanhar e fiscalizar a execução deste CONTRATO, assim como de seus superiores;
 - 16.1.3 o atraso injustificado no início da execução deste CONTRATO;
 - 16.1.4 a lentidão do cumprimento deste CONTRATO, levando a ELETRONUCLEAR a comprovar a impossibilidade da sua conclusão no prazo estipulado;
 - 16.1.5 a paralisação deste CONTRATO, sem justa causa e prévia comunicação expressa à ELETRONUCLEAR.

CLÁUSULA 17 RESCISÃO

- 17.1 São motivos de rescisão:
 - 17.1.1 o inadimplemento da CONTRATADA, conforme CLÁUSULA 16 – INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA;
 - 17.1.2 O descumprimento das obrigações constantes nas CLÁUSULAS 28 - CONFORMIDADE e 20 - ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR.
 - 17.1.3 a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
 - 17.1.3.1 Na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA ficará a critério da ELETRONUCLEAR manter ou não este CONTRATO.
 - 17.1.4 a dissolução da sociedade da CONTRATADA;
 - 17.1.5 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste CONTRATO;
 - 17.1.6 a cisão, a fusão ou a incorporação da CONTRATADA se, a critério da ELETRONUCLEAR, tais operações importarem em modificação da qualidade técnica, idoneidade profissional ou

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZX)

CPSN – Rev. Jul/2025

capacidade financeira da mesma;

- 17.1.7 a permissão, pela CONTRATADA, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo maior de quatorze anos na condição de aprendiz;
- 17.1.8 a subcontratação total do objeto contratual, bem como a transferência, a cessão ou a dação em garantia;
- 17.1.9 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste CONTRATO;
- 17.2 A rescisão deste CONTRATO obedecerá ao procedimento previsto na seção 6, artigo 95 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: [https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento de Licita%C3%A7%C3%B5es e Contratos.pdf](https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos.pdf).

CLÁUSULA 18 CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO

- 18.1 A rescisão contratual acarretará as seguintes consequências:
 - 18.1.1 a rescisão contratual, com base nas hipóteses previstas nos subitens 17.1.1 a 17.1.8 da CLÁUSULA 17 - RESCISÃO, sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor deste CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no mesmo e de eventuais sanções cíveis ou penais cabíveis.
 - 18.1.2 A rescisão deste CONTRATO, com fundamento nos motivos constantes nos subitens 17.1.1 a 17.1.8 da CLÁUSULA 17 - RESCISÃO, ensejará, ainda:
 - 18.1.2.1 a execução da garantia contratual para compensar a ELETRONUCLEAR os valores das multas e indenizações a ela devidos;
 - 18.1.2.2 a retenção dos créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados à ELETRONUCLEAR;
 - 18.1.2.3 a assunção imediata do objeto deste CONTRATO, no estado em que se encontrar, por ato próprio e a critério da ELETRONUCLEAR.

CLÁUSULA 19 PENALIDADES

- 19.1 A CONTRATADA estará sujeita a aplicação de multa, na forma abaixo:
 - 19.1.1 multa diária correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do valor do evento gerador, na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO;
- 19.2 em caso de descumprimento reiterado das demais disposições contratuais, após devidamente comunicado pela ELETRONUCLEAR, será aplicada multa de 5 % (cinco por cento) do valor deste CONTRATO.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

- 19.3 As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas independentemente da multa rescisória prevista na CLÁUSULA 18 – CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO.
- 19.4 O total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor deste CONTRATO.
- 19.5 A ELETRONUCLEAR deverá fazer uma comunicação expressa das multas, independentemente de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo o valor da multa exigível desde a data do ato, fato ou omissão, que lhe tiver dado causa.
- 19.6 As multas aqui previstas serão aplicadas após processo administrativo, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis ou penais cabíveis.
- 19.7 A CONTRATADA poderá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação da ELETRONUCLEAR.
- 19.8 Recebido e apreciado o recurso pela ELETRONUCLEAR e tendo sido confirmada a sanção, as multas serão cobradas nos termos da CLÁUSULA 11 – DEDUÇÕES E COMPENSAÇÕES.
- 19.9 A CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo à ação de ressarcimento pelos prejuízos causados, a aplicação das multas previstas na CLÁUSULA 21 – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, caso se comprove, por meio de processo administrativo, com garantia do contraditório em ampla defesa, que a Contratada praticou atos lesivos à ELETRONUCLEAR, nos termos da CLÁUSULA 20 – ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR.
- 19.10 A CONTRATADA estará sujeita a aplicação de multa, limitada à 10% (dez por cento) do valor deste CONTRATO, no caso de violação da CLÁUSULA 28 – CONFORMIDADE, excluídas as penalidades previstas no subitem acima.

CLÁUSULA 20 ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR

- 20.1 Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, a CONTRATADA estará sujeita às sanções estabelecidas na CLÁUSULA 21 – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à ELETRONUCLEAR, assim definidos:
- I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
 - II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
 - III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
 - IV - no tocante a LICITAÇÕES e CONTRATOS:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar LICITAÇÃO pública ou CONTRATO dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de LICITAÇÃO pública ou celebrar CONTRATO administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de CONTRATOS celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da LICITAÇÃO pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos CONTRATOS celebrados com a administração pública;
- V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

CLÁUSULA 21 RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 21.1 A prática pela CONTRATADA, de qualquer ato lesivo previsto na CLÁUSULA 20 - ATOS LESIVOS À ELETRONUCLEAR deste CONTRATO o sujeitará, com fundamento no artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022, que a regulamenta, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:
- a) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
 - b) publicação extraordinária da decisão condenatória;
 - c) na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "a", caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, o cálculo da multa deverá obedecer ao que estabelece o Decreto nº 11.129/2022;
 - d) será levada em consideração na aplicação das sanções aqui previstas o estabelecido no art. 7º e seus incisos da Lei nº 12.846/2013.
- 21.2 O cálculo da multa prevista na alínea "a" do item 21.1 respeitará o que estabelece o Decreto nº 11.129/2022.
- 21.3 Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ou a outras normas de LICITAÇÕES e CONTRATOS da administração pública, nos termos da CLÁUSULA 19 – PENALIDADES e da CLÁUSULA 16 – INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a CONTRATADA também estará sujeita a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em LICITAÇÕES ou de celebrar CONTRATOS com a administração pública, a serem aplicadas no

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 21.4 As sanções descritas no item 21.1 serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.
- 21.5 A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico de ELETRONUCLEAR.
- 21.6 A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- 21.7 A CONTRATADA sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra ELETRONUCLEAR, nos termos da Lei nº 12.846/2013, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:
- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica contratada ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
 - b) em EDITAL afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
 - c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.
- 21.8 A publicação a que se refere o item 21.7 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.
- 21.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à ELETRONUCLEAR resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10 O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão à regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/ 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 20 do Decreto nº 11.129/2022.
- 21.11 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 21.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA estará sujeita a quaisquer outras responsabilizações de índole cível, administrativa e/ou criminal, previstas neste CONTRATO e/ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

CLÁUSULA 22 TRIBUTOS

- 22.1 Todos os tributos federais, estaduais e municipais, bem como as contribuições fiscais, parafiscais, incluindo as societárias, trabalhistas, previdenciárias e securitárias, devidos em decorrência dos SERVIÇOS, objeto deste CONTRATO, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, que também se responsabiliza pelo exato cumprimento de todas as formalidades legais pertinentes perante as autoridades competentes.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 22.2 Os tributos e contribuições, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da lei, fazendo-se os pagamentos à CONTRATADA pelo valor líquido.
- 22.3 A criação, alteração ou extinção de qualquer tributo ou encargo legal, bem como a verificação de superveniência de disposição legal, quando ocorrida após a data de apresentação da PROPOSTA, de comprovada e direta repercussão nos preços deste CONTRATO, implicará a revisão dos preços para mais ou para menos, conforme o caso.
- 22.4 A CONTRATADA isenta a ELETRONUCLEAR de quaisquer reclamações, pleitos e/ou ônus referentes ao pagamento de débitos, multas, juros, correção monetária e outros encargos resultantes do não cumprimento de suas obrigações tributárias e parafiscais, sociais, trabalhistas e previdenciária e/ou securitárias.

CLÁUSULA 23 CONFIDENCIALIDADE

- 23.1 Desenhos, especificações, dados, programas e outras informações trocadas entre a CONTRATADA e a ELETRONUCLEAR, são de propriedade da PARTE que as desenvolveu e só poderão ser reveladas em situações de obrigatoriedade; vedada a reprodução, cópia ou utilização para outro fim que não seja o objetivo para o qual foram fornecidas. As informações poderão, ainda, ser usadas pela ELETRONUCLEAR para fins de licenciamento, montagem e manutenção. Essas informações não poderão ser reveladas a terceiros, exceto nas situações acima mencionadas, sem o prévio consentimento da PARTE proprietária.
- 23.2 O estipulado nesta CLÁUSULA não deverá ser aplicado à informação que:
- 23.2.1 vier a público por outros meios que não sejam através da CONTRATADA ou da ELETRONUCLEAR;
- 23.2.2 esteja, antes da revelação através deste CONTRATO, de posse da CONTRATADA ou ELETRONUCLEAR, sem restrição de confidencialidade;
- 23.2.3 tenha sido legalmente recebida através de terceiros que a tenham obtido de outra fonte que não da CONTRATADA ou ELETRONUCLEAR;
- 23.2.4 por uma exigência legal ou de algum órgão governamental tenha que ser revelada, após a PARTE ter informado à outra sobre a exigência, oferecendo a esta a oportunidade de contestá-la e minimizá-la. Neste caso, as PARTES concordam em cooperar com a manutenção do tratamento confidencial de qualquer informação revelada.

CLÁUSULA 24 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 24.1 O prazo de execução e vigência deste CONTRATO é de 60 (sessenta) meses contados a partir da celebração do mesmo.

CLÁUSULA 25 VALOR DO CONTRATO

- 25.1 O valor deste CONTRATO é de R\$ (reais), referido a / [mês-ano de

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

apresentação da proposta].

- 25.1.1 No valor acima citado estão excluídos quaisquer reajustamentos, correções e/ou benefícios fiscais que venham a incidir sobre os preços contratados.
- 25.2 Para todos os efeitos legais, inclusive eventual imposição de multas/penalidades, o valor deste CONTRATO é igual ao seu custo final, entendendo-se como tal as suas revisões, eventuais acréscimos e reajustamentos, de acordo com as disposições contratualmente estabelecidas.
- 25.3 A ELETRONUCLEAR poderá fazer, consensualmente, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste CONTRATO, obrigando-se a CONTRATADA a manter as mesmas condições, preços e remunerações contratuais.
- 25.4 Os dispêndios previstos para extensão deste CONTRATO ocorrerão por conta dos recursos próprio, provisionados na Conta Razão nº. 4121007001 e Centro de Custo nº. U305040008.

CLÁUSULA 26 TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO

- 26.1 As PARTES celebrarão, em até 90 (noventa) dias corridos após o prazo estabelecido na CLÁUSULA 24 – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, o TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO – ANEXO D deste CONTRATO, desde que cumpridas todas as obrigações pela CONTRATADA.
- 26.2 A assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO não isenta a CONTRATADA da garantia técnica prevista neste CONTRATO e do previsto na legislação em vigor.
- 26.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA no âmbito deste CONTRATO, dentro dos limites da lei ou nele estabelecidos.

CLÁUSULA 27 NOVAÇÃO

- 27.1 A não utilização, pela ELETRONUCLEAR, de quaisquer dos direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na lei em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto aos seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da ELETRONUCLEAR, neste CONTRATO, serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais ou regulamentares.

CLÁUSULA 28 CONFORMIDADE

- 28.1 A CONTRATADA se obriga a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta Ética e Integridade da Eletronuclear e os normativos internos do Programa de Integridade da Eletronuclear, que se encontram disponíveis no endereço eletrônico:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

<https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Programa-de-Integridade.aspx>, sob pena de submeter-se às sanções previstas neste CONTRATO.

- 28.2 A CONTRATADA, com relação às atividades, operações, SERVIÇOS e trabalhos vinculados ao objeto do presente CONTRATO, declara e garante que ela própria ou qualquer pessoa agindo em seu nome:
- i) não realizaram, não ofereceram, não prometeram e nem autorizaram qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou outra qualquer vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido nos artigos 327, caput, § § 1º e 2º e 337-D caput e parágrafo único, ambos do Código Penal Brasileiro, nem para o benefício direto ou indireto de partido político, autoridade de partido político, candidato a cargo eletivo, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às leis aplicáveis, incluindo, mas não limitado à Lei 12.846/13, Código Penal Brasileiro, inclusive suas futuras alterações, e às demais regras e regulamentos deles decorrentes (coletivamente denominados as "Leis Anticorrupção"); e
 - ii) adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, a CONTRATADA declara e garante que ela ou qualquer pessoa agindo em seu nome não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à CONTRATADA.
- 28.3 A CONTRATADA se obriga a notificar imediatamente a ELETRONUCLEAR de qualquer alteração nas informações prestadas no Formulário de Due Diligence.
- 28.4 A CONTRATADA se obriga a notificar imediatamente a ELETRONUCLEAR de qualquer investigação ou procedimento iniciado por uma autoridade governamental relacionado a uma alegada violação das mencionadas Leis Anticorrupção e das obrigações da CONTRATADA por ela e/ou por seus membros referente ao CONTRATO. A CONTRATADA envidará todos os esforços para manter a ELETRONUCLEAR informada quanto ao progresso e ao caráter de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer todas as informações que venham a ser solicitadas pela ELETRONUCLEAR.
- 28.5 A CONTRATADA deverá defender, indenizar e manter a ELETRONUCLEAR isenta de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas, decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento pela CONTRATADA das garantias e declarações previstas nesta cláusula e nas Leis Anticorrupção.
- 28.6 A CONTRATADA deverá responder, de forma célere e detalhada, com o devido suporte documental, qualquer notificação da ELETRONUCLEAR relacionada aos compromissos, garantias e declarações previstas nesta Cláusula.
- 28.7 A CONTRATADA se obriga a permitir a realização de auditorias e demais medidas de integridade por iniciativa da Eletronuclear, em suas dependências, com acesso aos livros, registros, políticas, documentos e informações disponíveis, devendo disponibilizar todo

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

acesso necessário à ELETRONUCLEAR ou a empresas especializadas indicadas pela Contratante, devendo ainda, se obrigar:

- i) desenvolver e manter controles internos adequados relacionados às obrigações da CONTRATADA previstas no item 28.2;
- ii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da CONTRATADA, de forma que reflitam correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável os ativos e os passivos da CONTRATADA;
- iii) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 05 (cinco) anos após o encerramento deste CONTRATO; e

- 28.8 A partir da data de assinatura do presente CONTRATO e nos 05 (cinco) anos após o seu encerramento, mediante comunicado por escrito com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, a CONTRATADA deverá permitir as medidas previstas no subitem 28.7, inclusive com a entrevista dos sócios, administradores e funcionários da Contratada, com vistas a apurar violação ao Programa de Integridade da Eletronuclear e as cláusulas contratuais.
- 28.9 A CONTRATADA concorda em cooperar e auxiliar a auditoria, verificação ou investigação conduzida pela ELETRONUCLEAR, em relação a qualquer alegada suspeita ou comprovada não conformidade com as obrigações deste CONTRATO ou das Leis Anticorrupção pela CONTRATADA ou por qualquer pessoa agindo em seu nome.
- 28.10 A CONTRATADA reportará por escrito, para o endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por empregado da ELETRONUCLEAR para a CONTRATADA, ou para qualquer membro do Grupo da CONTRATADA, com relação às atividades, operações, SERVIÇOS e trabalhos vinculados ao objeto do presente CONTRATO, nos termos da Declaração de Integridade.
- 28.11 Caso identificada, durante a execução do CONTRATO, situação de nepotismo, a CONTRATADA deverá substituir imediatamente o profissional em questão, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das obrigações contratuais ou até mesmo rescisão do CONTRATO.

CLÁUSULA 29 PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 29.1 Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proteger e tratar os dados colhidos necessariamente para o desenvolvimento do Contrato, bem como a estrita finalidade a que se destina.
- 29.2 As PARTES são solidariamente responsáveis pela eventual violação de dados, nos termos da legislação vigente, mas a ELETRONUCLEAR garante no âmbito deste Contrato o seu direito de regresso contra o Contratado, caso não tenha dado causa ao evento.
- 29.3 As Partes obrigam-se a:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZX)

CPSN – Rev. Jul/2025

- 29.3.1 Tratar e usar os dados pessoais colhidos, registrando, organizando, conservando, consultando.
- 29.3.2 Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas;
- 29.3.3 Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano;
- 29.3.4 Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais, garantindo a sua efetiva confidencialidade;
- 29.3.5 Implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- 29.3.6 Informar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a outra Parte caso exista alguma quebra de segurança e vazamento dos dados pessoais dos titulares, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, ou suspeita da mesma;
- 29.3.7 Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade;
- 29.3.8 Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

CLÁUSULA 30 MATRIZ DE RISCO

- 30.1 A Matriz de Risco anexa a este Contrato foi elaborada em conformidade com a Lei 13.303/2016 e o Regulamento, e tem o propósito de identificar riscos que possam afetar e/ou prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, bem como a execução satisfatória do objeto contratado, prevendo, para tanto, mecanismos de mitigação e distribuindo as responsabilidades entre as Partes de modo equilibrado e objetivo, sendo vinculante para eventuais pedidos de repactuação e revisão;
- 30.2 Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e da Matriz de Risco, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as Partes aos pleitos de reequilíbrio relacionados aos riscos assumidos;
- 30.3 o reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto nas condições referentes ao equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO;
- 30.4 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZX)

CPSN – Rev. Jul/2025

CLÁUSULA 31 SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE

- 31.1 A execução dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, deverá ser realizada dentro de um Sistema de Garantia da Qualidade aceito pela ELETRONUCLEAR. Para isto, a CONTRATADA deverá atender a uma das situações previstas no item 2.3 – OBJETO DA LICITAÇÃO, SEÇÃO I do EDITAL, antes do início da execução dos SERVIÇOS.
- 31.2 A não obtenção, pela CONTRATADA, da aceitação do seu Sistema de Garantia da Qualidade pela ELETRONUCLEAR implicará a rescisão do CONTRATO.
- 31.3 Detalhes específicos relativos a requisitos adicionais da Garantia da Qualidade, quando aplicáveis, deverão ser acordados entre as PARTES.
- 31.4 Durante todo o período de execução dos SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá manter válida a aceitação do seu Sistema de Garantia da Qualidade pela ELETRONUCLEAR.
- 31.5 A comprovação da continuidade da aplicação do Sistema de Garantia da Qualidade pela CONTRATADA será efetuada pela ELETRONUCLEAR e poderá incluir auditorias e/ou verificações nas instalações da CONTRATADA.
- 31.6 Os custos inerentes ao processo de aceitação do Sistema de Garantia da Qualidade pela ELETRONUCLEAR serão arcados da seguinte forma:
- 31.6.1 Serão de responsabilidade da ELETRONUCLEAR os custos do(s) seu(s) empregados(s) ou da(s) pessoa(s) por ela delegada(s).
- 31.6.2 Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos referentes ao(s) seu(s) empregado(s) e à compra e/ou locação de equipamentos, instalações e SERVIÇOS necessários à implementação do Sistema de Garantia da Qualidade a ser aceito pela ELETRONUCLEAR.
- 31.7 Deverá ser assegurado à ELETRONUCLEAR o direito ao acesso às instalações da CONTRATADA para realizar inspeções e verificar a documentação aplicável à execução dos SERVIÇOS.
- 31.8 Caso haja subcontratação parcial dos SERVIÇOS nos termos do EDITAL, o atendimento às alternativas acima, no que se refere à implementação de um Sistema de Garantia da Qualidade, aplica-se também à subcontratada.

CLÁUSULA 32 FORO

32.1 Fica eleito o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para resolver ou dirimir qualquer ação ou execução decorrente deste CONTRATO, renunciando as PARTES a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam este CONTRATO juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, .

ELETRONUCLEAR S.A.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

ANEXO A

PLANILHA DE PREÇOS

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

PLANILHA I – SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR POR SERVIÇO (R\$)
01	Serviço de manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de ar respirável	275	
02	Serviço de manutenção corretiva e preventiva de máscara facial	450	
03	Serviço de manutenção corretiva e preventiva com teste hidrostático e recarga dos cilindros de ar respirável	170	
04	Serviço de recolhimento e devolução dos equipamentos	15	

PLANILHA II – MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO UNIT. (R\$)
01	Lente de policarbonato	30	
02	Corpo da máscara facial	52	
03	Mascarilha interna	35	
04	Tirante de 5 pontas	90	
05	Anel de vedação do cilindro	90	
06	Válvula de demanda	25	
07	Manômetro	15	
08	Apito da válvula	15	
09	Redutor de pressão	12	
10	Arreio completo	55	
11	Válvula de 300 bar com manômetro	15	
12	Anel de vedação da válvula	55	
13	Mangueira de alta pressão	28	

Nota 1: Nos preços estão incluídos: custos diretos e indiretos, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, contribuições fiscais e/ou parafiscais, supervisão, tributos, seguros, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucros e tudo aquilo que for relacionado e/ou necessário à execução deste EDITAL e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

ANEXO B

GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

1. MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

(* TIMBRE DO BANCO)

Rio de Janeiro, dede

À

ELETRONUCLEAR S.A.

Rua da Candelária, 65 - Centro

20091-020 Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores,

Pela presente, o BANCO _____ com sede na cidade _____ Estado _____ inscrito no _____, sob o nº. _____, por seus representantes infra-assinados, devidamente identificados e regularmente autorizados, vem declarar-se fiador e principal pagador, até limite de _____, da Empresa _____ (CONTRATADA), com sede na cidade _____ Estado _____, inscrita no _____ sob o nº. _____, para efeito de garantia do fiel cumprimento das obrigações a cargo da Afiançada, conforme os termos do CONTRATO nº _____-...../__, assinado com a ELETRONUCLEAR S.A., doravante denominada ELETRONUCLEAR, em __/__/__, para o(a) _____ de _____.

Na eventualidade da inexecução pela Afiançada de qualquer das obrigações assumidas no CONTRATO acima referido, compromete-se o BANCO a satisfazer, sem a interferência da mesma e observado o limite acima estabelecido, o pagamento das importâncias cobertas pela FIANÇA BANCÁRIA, ora conferida, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, após solução do processo administrativo nos termos da Cláusula 19 – PENALIDADES, do CONTRATO, e requisição expressa da ELETRONUCLEAR, entregue sob protocolo no seguinte endereço:_____.

A presente FIANÇA BANCÁRIA, que só será retratável caso a Afiançada promova a substituição do valor garantido por dinheiro, títulos ou por outra CARTA DE FIANÇA aceita pela ELETRONUCLEAR, é conferida pelo prazo de ____ contados a partir da emissão desta FIANÇA BANCÁRIA, vencível em ____, conforme estabelecido nas Cláusulas 13 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e 26 – TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO, podendo ser renovada mediante aviso antecipado de 30 (trinta) dias pela Afiançada e a aprovação do BANCO.

Assegura o BANCO, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente às exigências e determinações do BANCO CENTRAL DO BRASIL aplicáveis, em especial, à legislação bancária, achando-se devidamente contabilizado o valor desta FIANÇA BANCÁRIA, estabelecido dentro dos limites autorizados.

Finalmente, ao mesmo tempo em que renuncia, expressamente, como de fato ora o faz, ao benefício da ordem estatuído pelo artigo 827 do Código Civil Brasileiro, declara o BANCO que o seu capital é de R\$ _____(_____).

A presente FIANÇA BANCÁRIA se rege pelas leis brasileiras e, para todos os efeitos legais, fica

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZX)

CPSN – Rev. Jul/2025

expressamente eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões fundadas neste instrumento.

BANCO _____

Assinatura/Identificação

Assinatura/Identificação

Observações:

1 - As seguintes informações deverão ser anexadas:

- a) cópia autenticada da Ata de Assembleia que elegeu os Diretores signatários da FIANÇA BANCÁRIA ou Procuração, se for o caso;
- b) cópia autenticada do Estatuto Social do BANCO.

2 – As assinaturas dos signatários da CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA devem ser reconhecidas.

2. CONDIÇÕES DE SEGURO GARANTIA

A Apólice do Seguro Garantia será emitida em consonância com as Condições da CIRCULAR SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, bem como com as seguintes informações:

- **Segurado:** Eletronuclear S.A. (Ramo Setor Público)
- Endereço: Rua Candelária 65, 2º ao 10º, 12º e 19º andares
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.091-020
- CNPJ: 42.540.211/0001-67
- **Tomador:** a empresa contratada
- **Prazo de Vigência da Apólice:** conforme estabelecido na Cláusula 13 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
- **Objeto do Seguro:** Constitui objeto desta Apólice a garantia de cumprimento de obrigações assumidas pelo Tomador no CONTRATO nº. _____.

CONDIÇÕES GERAIS

1. Objeto

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado em razão de participação em CONTRATO pertinente a obras, SERVIÇOS, publicidade ou compras, conforme os termos da apólice, até o valor da garantia nela fixado e de acordo com as condições especiais estipuladas na Modalidade II – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, definida no Anexo I, Capítulo II - Condições Especiais das Modalidades da CIRCULAR SUSEP nº 662.

2. Definições

I. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o CONTRATO de Seguro Garantia.

II. CONTRATO Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

III. Apólice: definindo as condições contratuais do seguro garantia.

IV. Endosso: documento emitido pela seguradora, que introduz modificações na apólice de seguro-garantia.

V. Segurado: beneficiário das obrigações assumidas pelo tomador no CONTRATO principal.

VI. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado no CONTRATO principal.

VII. Seguradora: sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no CONTRATO principal.

VIII. Prêmio: importância devida, à seguradora, pelo tomador, para obter a cobertura do seguro.

IX. Sinistro: o inadimplemento do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice.

XIV. Indenização: o pagamento dos prejuízos diretos resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pela apólice.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

XV. Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do CONTRATO principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes

XVI. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

XVII. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

3. Valor da Garantia

3.1. O valor da garantia da apólice deve ser entendido como o valor máximo nominal por ela garantido.

3.2 Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

3.3 Para alterações posteriores efetuadas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

4. Prêmio do Seguro

4.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

4.2. O seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5. Vigência

5.1 A vigência da cobertura do seguro-garantia será aquela estabelecida no CONTRATO principal.

5.2 Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

5.3 Para alterações posteriores efetuadas no CONTRATO principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

6. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

6.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

6.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

6.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do CONTRATO principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

6.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

6.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 6.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

6.4 A Reclamação de Sinistros poderá ser realizada durante o prazo prescricional.

7. Indenização

7.1. A seguradora indenizará o segurado, mediante acordo entre as PARTES, segundo uma das formas abaixo:

I. realizando, por meio de terceiros, o objeto do CONTRATO principal, de forma a lhe dar continuidade e o concluir, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II. indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice

§1º No caso de rescisão do CONTRATO principal, todos os saldos de créditos do tomador no CONTRATO principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

§2º Caso a indenização já tenha sido paga quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no CONTRATO principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

7.2. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do CONTRATO principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8. Sub-Rogação

8.1 Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

8.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da seguradora, os direitos a que se refere este item.

9. Isenção de Responsabilidade

9.1. a seguradora ficará isenta de responsabilidade em relação a esta apólice na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

- I. Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- II. Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;
- III. Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;
- IV. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;
- V O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no CONTRATO de seguro;
- VI Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
- VII Se o segurado agravar intencionalmente o risco;

10. Concorrência de Garantias

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

11. Extinção da Garantia

A garantia do Seguro Garantia extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 6.4:

- I – quando o objeto do CONTRATO principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
- II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;
- III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;
- IV – quando o CONTRATO principal for extinto,; ou
- V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Contratuais do seguro.

Parágrafo único. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução do CONTRATO, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 70 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas neste artigo, pelo recebimento do objeto do CONTRATO nos termos da CLÁUSULA 26 do CONTRATO.

12. Controvérsias

12.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas condições poderão ser resolvidas:

- I. por arbitragem; ou
- II. por medida de caráter judicial.

12.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

12.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

12.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

13. Prescrição

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

14. Foro

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES:

1 - Não serão aceitas alterações ou ressalvas na APÓLICE e seus Anexos que limitem a responsabilidade da Seguradora perante as condições cobertas pela apólice;

2 – A Circular SUSEP nº 662/2022 pode ser obtida no site "www.susep.gov.br".

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Aplicam-se as condições definidas na Modalidade II – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, constante do Anexo I, Capítulo II - Condições Especiais das Modalidades, da CIRCULAR SUSEP nº 662/2022

ANEXO C

MATRIZ DE RISCO

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

MATRIZ DE RISCO

Risco	Descrição do Risco	Responsável pelo Risco	Classificação	Probabilidade	Mitigação
Falha na execução da manutenção	Execução inadequada que comprometa o funcionamento dos equipamentos	Contratada	Alto	Ocasional	Fiscalização técnica + garantia contratual
Uso de peças não originais	Utilização de componentes não certificados pelo fabricante	Contratada	Alto	Remoto	Exigência contratual de peças originais + inspeção
Atraso na execução dos serviços	Descumprimento dos prazos de manutenção	Contratada	Médio	Ocasional	Penalidades contratuais + planejamento prévio
Indisponibilidade de equipamentos críticos	Equipamentos fora de operação por falha na manutenção	Compartilhado	Alto	Ocasional	Manutenção preventiva + estoque adequado
Danos aos equipamentos durante transporte	Avárias no envio/retorno dos equipamentos	Contratante	Médio	Remoto	Procedimentos logísticos adequados
Falhas de planejamento da demanda	Subdimensionamento ou superdimensionamento das manutenções	Contratante	Médio	Ocasional	Histórico de consumo + planejamento
Aumento de custos de insumos	Variação de preços de peças e serviços	Contratada	Médio	Ocasional	Preço global contratado
Alterações normativas	Mudanças regulatórias que impactem o serviço	Compartilhado	Alto	Remoto	Reequilíbrio contratual
Falha de fiscalização	Não detecção de falhas nos serviços executados	Contratante	Médio	Remoto	Designação de fiscais qualificados
Evento de força maior	Situações imprevisíveis que impeçam execução	Compartilhado	Alto	Remoto	Cláusulas contratuais específicas

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

ANEXO D

TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO

ELETRONUCLEAR S.A., com sede e escritório na rua da Candelária nº. 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob nº. 42.540.211/0001-67, declara a aceitação definitiva do objeto do CONTRATO nº. , firmado em / / , bem como a quitação, significando assim, a constatação da completa execução do escopo contratado.

Neste mesmo ato, a , com sede na rua , na (cidade), (estado), (país), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil sob o nº. , dá à ELETRONUCLEAR, ampla, rasa e geral quitação, de todas e quaisquer outras condições e/ou obrigações referentes ao mesmo, para mais nada reivindicar e/ou reclamar, a qualquer tempo, seja a que título for, em juízo ou fora dele.

O presente TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E MÚTUA QUITAÇÃO é feito em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se as Partes, por si e seus sucessores, nos termos da CLÁUSULA 26 do referido CONTRATO.

As Partes representadas pelos seus Diretores ou Procuradores devidamente identificados e autorizados, assinam o presente TERMO, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, .

ANEXO E

TERMO DE AUTORIZAÇÃO REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

Eu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, autorizo a empresa XXXXXXXXXX a processar os dados pessoais fornecidos, com o único e exclusivo fim de xxxxxx.

Os dados ora fornecidos deverão estar protegidos pela confidencialidade e ser descartados após a perda de sua utilidade para os fins a que se destina, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.

ANEXO F

ENGENHARIA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

SUMÁRIO

1. OBJETO
2. OUTRAS EXIGÊNCIAS
3. PROGRAMAS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL
4. SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)

1. OBJETO

- 1.1. Este Anexo tem como objetivo fornecer informações sucintas sobre a matéria em questão, estabelecendo critérios e procedimentos sobre Engenharia de Segurança Industrial.
- 1.2. A CONTRATADA deve cumprir a legislação vigente determinada pela Portaria Ministerial nº. 3214, de 08.06.78, que dispõe sobre as Normas Regulamentadoras relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, independentemente de outras exigências que venham a ser feitas, por Órgãos Governamentais ou pela ELETRONUCLEAR, sob pena de suspensão dos trabalhos.

2. OUTRAS EXIGÊNCIAS

A ELETRONUCLEAR se reserva o direito de fazer outras exigências com respeito à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, sempre que julgar necessário para a proteção do elemento humano, do patrimônio da ELETRONUCLEAR e das firmas contratadas e do MEIO AMBIENTE.

3. PROGRAMAS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL

- 3.1. A CONTRATADA deverá cumprir o Programa de Proteção Contra Riscos Ambientais - PPRA, o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e outros constantes das Normas Regulamentadoras - NR, da Portaria nº. 3214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.
- 3.2. Caberá ao SESMT da ELETRONUCLEAR avaliar os cronogramas e acompanhar o cumprimento dos mesmos, reportando-se à gerência do CONTRATO para solucionar as não conformidades, tais como descumprimento de prazos, eliminação de itens dos diversos programas e outras, cabendo à gerência do CONTRATO a aplicação de penalidades contratualmente previstas.

4. SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)

- 4.1. A ELETRONUCLEAR, por intermédio do seu SESMT, instruirá a CONTRATADA no que diz respeito às necessidades de Engenharia de Segurança, reportando-se à gerência do CONTRATO para que sejam tomadas as providências necessárias para a adequação do efetivo de profissionais de segurança com a carga de trabalho requerida à CONTRATADA

ANEXO G

MODELO DE PLANO DA QUALIDADE

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

(Nome da Empresa)

PLANO DA QUALIDADE

CAPA

Tipo de Fornecimento: para (empreendimento/usina)

Cliente: ELETRONUCLEAR S.A.

Documento nº

Revisão:

**MODELO
PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS**

Data:

(Nome da Empresa)

PLANO DA QUALIDADE

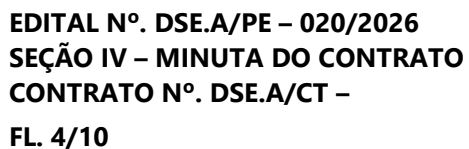
(Nome da Empresa)		Documento nº			
PLANO DA QUALIDADE		Rev.Pág.: de			
Folha de Assinaturas					
		Rev. 0	Rev. 1	Rev. 2	Rev. 3
Elaborado	Departamento Nome Assinatura				
Verificado	Departamento Nome Assinatura				
Aprovado	Departamento Nome Assinatura				
Aprovado	Departamento Nome Assinatura				
Aprovado	Departamento Nome Assinatura				
Aceito pela Eletronuclear	Departamento Nome Assinatura				
Aceito pela Eletronuclear	Departamento Nome Assinatura				

Este documento é composto de XX páginas, incluindo XX anexos.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025



PLANO DA QUALIDADE

CPSN – Rev. Jul/2025

(Nome da Empresa)

PLANO DA QUALIDADE

(Nome da Empresa)	Documento nº
PLANO DA QUALIDADE	Rev.....Pág.: de
Índice	Página
Folha de Capa	1
Folha de Assinaturas	2
Folha de Revisão	3
Índice	4
1 - Objeto	X
2 - Aplicação	X
3 - Validade	X
4 - Documentos de Referência	X
5 - Responsabilidade da Administração	X
6 - Sistema da Qualidade	X
7 - Controle de Documentos	X
8 - Aquisição	X
9 - Identificação e Rastreabilidade	X
10 - Controle de Processos	X
11 - Inspeções e Ensaios	X
12 - Equipamentos de Inspeção, Medição e Ensaios	X
13 - Não Conformidades e Ações Corretivas	X
14 - Manuseio e Armazenamento	X
15 - Registros da Qualidade	X
16 - Treinamento	X
17 - Anexos	X

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

CPSN – Rev. Jul/2025

(NOME DA EMPRESA)	Documento nº:
PLANO DA QUALIDADE	Rev.: Paq. 5

1. OBJETIVO

Este Plano da Qualidade tem como objetivo estabelecer os requisitos para assegurar a qualidade na prestação dos serviços de *(descrever os itens)*.

2. APLICAÇÃO

Este Plano da Qualidade se aplica ao seguinte fornecimento:
(colocar nº do contrato / descrição / etc.)

3. VALIDADE

Este Plano da Qualidade é válido para a aplicação acima descrita, com relação à prestação dos serviços de *(descrever fornecimento)* pela *(nome da empresa)*, com supervisão da Eletronuclear, em conformidade com os requisitos estabelecidos no contrato supracitado.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Este Plano da Qualidade incorpora os requisitos aplicáveis dos seguintes documentos:

- Norma CNEN-NN-1.16: Garantia da Qualidade para a Segurança de Usinas ~~Nucleoelétricas~~ e Outras Instalações (no caso de prestação de serviços considerados "importantes à segurança")
- Norma ISO 9001 (versão válida) (no caso de prestação de serviços "não importantes à segurança")
- *(mencionar procedimentos ou instruções, sejam da empresa ou da Eletronuclear, aplicáveis ao serviço em questão)*.

5. RESPONSABILIDADE DA DIREÇÃO

O Anexo 1 compreende o organograma geral da *(nome da empresa)*. O responsável pelo atendimento às diretrizes deste Plano da Qualidade é o *(definir pessoa / função)*.

5.1. ORGANOGRAMA: para fins de execução dos serviços descritos neste Plano e gestão de pessoal no cliente, a seguinte estrutura é válida:

(Colocar um organograma simplificado aqui, específico para a prestação dos serviços objeto deste Plano)

5.2. RECURSOS: Em conformidade com os requisitos estabelecidos nos *(relacionar os procedimentos ou instruções que definem o que será executado)*, a *(nome da empresa)* define, no Anexo 2, a qualificação do pessoal para a prestação dos serviços em questão.

Atenção importante deve ser dada para a prestação de serviços onde a qualificação de pessoal é um requisito a ser atendido com base em norma aceita pela área nuclear, por exemplo, CNEN-NN-1.17 para ensaios não destrutivos. A participação do OSTI deve ser mencionada também quando se tratar de serviços considerados "importantes à segurança".

6. SISTEMA DA QUALIDADE

A *(nome da Empresa)* estabelece e mantém os documentos necessários para assegurar que os serviços objeto deste contrato estejam em conformidade com os requisitos especificados.

Os documentos aplicáveis são os seguintes:

1- Plano da qualidade (nível 1)

O Plano descreve as políticas da qualidade da *(nome da empresa)* e a estrutura geral da empresa, assim como os métodos para manutenção gerencial do sistema de garantia da qualidade.

(NOME DA EMPRESA)	Documento nº:
PLANO DA QUALIDADE	Rev.: Paq. 6

2- Procedimentos (nível 2)

Procedimentos são utilizados para especificar quem faz o que, quando isto é feito e qual documentação é usada para verificar se a atividade da qualidade foi executada como estabelecida.

3- Registros (nível 3)

Os registros gerados pela *(nome da empresa)* fornecem garantia e evidência de que a qualidade requerida para os serviços foi atingida, e de que o sistema da qualidade da empresa está sendo corretamente implementado.

Obs: No caso da empresa não possuir procedimentos e/ou instruções, esta seção pode ser redigida da seguinte forma:

"Apesar de não possuir um sistema da qualidade implementado de acordo com a norma estabelecida na seção 4 acima, a (nome da empresa) adota a sistemática descrita neste Plano da Qualidade para que as exigências referentes às normas aplicáveis à prestação dos serviços de (descrever) sejam asseguradas".

7. CONTROLE DE DOCUMENTOS

A *(nome da empresa)* mantém rotinas para controlar todos os documentos e dados que se relacionam ao pedido da Eletronuclear.

O *(definir função)* é responsável por assegurar que todos os documentos do sistema da qualidade possuam os seguintes controles:

1. Os (procedimentos e/ou instruções) são analisados, revisados e aprovados pelo *(definir função)* antes de sua distribuição e uso, possuindo local para assinatura de revisão/ aprovação como meio de indicação do nível de revisão do documento;
2. Os documentos são numerados;
3. Revisões de documentos são emitidas e distribuídas aos usuários, substituindo os obsoletos, que serão recolhidos e destruídos ou segregados, com a identificação "obsoleta".

A *(nome da empresa)* garante com esse controle que somente documentos devidamente autorizados e atualizados sejam utilizados na prestação dos serviços. Para efeito deste Plano da Qualidade, somente o *(definir função)* tem autorização para elaborar documentos, e apenas o *(definir função)* de liberá-los.

Os documentos são arquivados em pastas específicas do setor a que eles se referem.

8. AQUISIÇÃO

A *(nome da empresa)* é responsável por assegurar que todos os produtos adquiridos e serviços contratados atendem aos requisitos especificados.

8.1 - Avaliação de Fornecedores

O *(definir função)* é responsável pelas seguintes atividades:

- a) Estabelecer e aprovar a lista de fornecedores baseado nos critérios definidos na habilitação do fornecedor para atingir os requisitos da qualidade, custo e prazo da *(nome da empresa)*.
- b) Manter a lista de fornecedores atualizada considerando seu desempenho e revisão da capacidade perante os requisitos da *(nome da empresa)*.

(NOME DA EMPRESA)	Documento nº:
PLANO DA QUALIDADE	Rev.: Paq. 7

c) Conduzir a análise dos fornecedores e manter a documentação atualizada.

Os critérios de avaliação de fornecedores são baseados em procedimento documentado. A (nome da empresa) submeterá à Eletronuclear, se necessário, a lista de fornecedores para a sua concordância.

No caso de itens "importantes à segurança", pode haver a necessidade de qualificação prévia dos subfornecedores pela ETN e OSTI. Especificamente, para o caso de aquisição de materiais de adição para soldagem, pode haver a exigência de que os mesmos estejam homologados pelo OSTI.

9. IDENTIFICAÇÃO E RASTREABILIDADE

A (nome da empresa) deve manter certificados dos insumos e equipamentos envolvidos na prestação dos serviços de (descrever), identificando-os por seu número ou código, de modo a fazer a correspondência com os registros de inspeção e de aceitação dos serviços.

10. CONTROLE DE PROCESSOS

É feito através de procedimentos (e/ou instruções) devidamente identificados, onde constam as especificações dos serviços, os equipamentos envolvidos, os desenhos ou diagramas auxiliares, a descrição da sequência operacional de prestação dos serviços, a qualificação dos profissionais e os cuidados especiais a serem tomados.

Em função das exigências contidas nos documentos técnicos contratuais, pode haver a necessidade da participação da ETN ou OSTI (para serviços considerados "importantes à segurança") na aceitação da qualificação de soldadores e no acompanhamento das qualificações de procedimentos de soldagem.

Todos os equipamentos e instrumentos utilizados durante a prestação dos serviços devem estar devidamente identificados e calibrados.

11. INSPEÇÕES E ENSAIOS

Os procedimentos (e/ou instruções) aplicáveis as inspeções que serão executadas são:

(Relacioná-los)

A (nome da empresa) mantém um plano de inspeção e testes, que é realizado pelo seu controle da qualidade conforme seus procedimentos. A supervisão dos serviços será da Eletronuclear, que se reservará o direito de solicitar a repetição de qualquer inspeção ou ensaio que não tenha sido executado de acordo com os requisitos estabelecidos para a prestação dos serviços.

Atenção que, em função das exigências contidas nos documentos técnicos contratuais, a participação da ETN e /ou OSTI (no caso de serviços considerados "importantes à segurança") deve ser prevista de acordo. Ela poderá ser não obrigatória (witness) ou obrigatória (hold point).

12. EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO, MEDIÇÃO E ENSAIOS

Os instrumentos que serão utilizados nas inspeções e ensaios durante toda a prestação dos serviços são:

(Relacioná-los)

Os instrumentos devem estar controlados, identificados e calibrados segundo padrões rastreáveis a padrões nacionais. (Preferencialmente, no caso de serviços que não sejam "importantes à segurança"), devem ser usados os laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) para os serviços de calibração dos equipamentos utilizados. Os certificados de calibração dos instrumentos são mantidos pelo setor de Controle da Qualidade.

Os registros de inspeção ou ensaios gerados devem fazer referência aos instrumentos utilizados.

(NOME DA EMPRESA)	Documento nº:
PLANO DA QUALIDADE	Rev.: Paq. 8

13. NÃO CONFORMIDADES E AÇÕES CORRETIVAS

13.1 Não-conformidades

O (definir função) é o responsável pela análise das não conformidades e por assegurar que itens não conformes estejam claramente identificados e segregados para prevenir seu uso ou instalação acidental, até que seja dada uma disposição aos mesmos. As não conformidades deverão ser registradas em um Relatório de Não-Conformidade. Este relatório descreve a não conformidade, indica a utilização e a possível ação corretiva imediata e/ou aprimoramento da atividade no processo para prevenção de reincidência.

(Definir demais envolvidos na solução de uma NC) devem ser consultados para a análise da disposição que determina o tratamento a ser dado ao desvio.

Caso haja a necessidade de retrabalho ou reparo, os serviços devem ser ~~reinspecionados~~ de acordo com as rotinas e testes originalmente previstos.

Também, em função de exigências técnicas contratuais, pode haver a necessidade da participação da ETN e OSTI (quando se tratar de serviços considerados "importantes à segurança") na caracterização, aceitação da disposição e acompanhamento das ações necessárias envolvidas no tratamento de não conformidades. Pode ser necessária, inclusive, a documentação de todo este processo em formulário próprio disponibilizado pela Eletronuclear.

13.2 – Ações Corretivas

As ações corretivas devem estar registradas em formulários específicos, com a determinação do estudo da causa da não conformidade, a descrição da ação corretiva pertinente, as datas aplicáveis, os responsáveis pela aceitação das ações corretivas e a verificação da eficácia ~~das mesmas~~.

14. MANUSEIO E ARMAZENAMENTO

O manuseio dos equipamentos e instrumentos aplicados na prestação dos serviços deve ser executado de maneira que a integridade ~~dos mesmos~~ seja preservada e que nenhum dano seja causado nos componentes da Usina.

Devem ser tomadas as precauções necessárias quanto à preservação e conservação dos equipamentos e instrumentos utilizados. No caso de eventual abertura de componentes da Usina, cuidados devem ser tomados também quanto à proteção de furos, rosas e superfícies usinadas para evitar a entrada de partículas estranhas, danos ou contaminação.

15. REGISTROS DA QUALIDADE

Os registros da qualidade aplicáveis a este Plano da Qualidade são (relacionar). Os registros devem ser entregues ao Supervisor da Eletronuclear responsável pelo acompanhamento dos trabalhos, sendo de responsabilidade deste o arquivamento em pastas numeradas de acordo com o setor a que se destinam e podendo ser consultados durante a prestação dos serviços.

Atenção que, dependendo das exigências técnicas contratuais, pode haver a necessidade de participação da própria Eletronuclear e/ou OSTI no fechamento do "data book" (documentação final de controle da qualidade) relativo aos serviços.

16. TREINAMENTO

Para fins de atendimento aos requisitos deste Plano da Qualidade, a (nome da empresa) ministrará

(NOME DA EMPRESA)	Documento nº:
PLANO DA QUALIDADE	Rev.: Paq. 9

treinamento fundamentado nos procedimentos (e/ou instruções) aplicáveis aos serviços a todos os envolvidos (ver Anexo 2).

17. ANEXOS

Anexar o que for necessário para o completo entendimento do Plano da Qualidade, sendo que o Anexo 1, pelo texto proposto, é o Organograma e o Anexo 2, a descrição da qualificação do pessoal envolvido na prestação dos serviços.

SEÇÃO V

PLANILHA DE PREÇOS – MODELO

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

PLANILHA I – SERVIÇOS

Item	Descrição dos Serviços	Qtd. (A)	Valor por Serviço (R\$) (B)	Valor Total (R\$) (C) = (A)*(B)
01	Serviço de manutenção corretiva e preventiva dos conjuntos autônomos de ar respirável	275		
02	Serviço de manutenção corretiva e preventiva de máscara facial	450		
03	Serviço de manutenção corretiva e preventiva com teste hidrostático e recarga dos cilindros de ar respirável	170		
04	Serviço de recolhimento e devolução dos equipamentos	15		
PREÇO GLOBAL – PLANILHA I (R\$) →				

PLANILHA II – PEÇAS SOBRESSAIENTES – Conforme Modelos Abaixo:

PLANILHA DE PREÇOS DE PEÇAS SOBRESSAIENTES PARA LICITANTES LOCALIZADOS FORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Item	Descrição resumida conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº DSE.A-/PE – 020/2026	PART NUMBER	Preço Unitário Equalizado (A) = (B) x 1,1282 ou x 1,2308	Preço Unitário Faturado (Valor a ser contratado) (B)	Quantidade (C)	Valor Total Equalizado (*) (A) x (C)	Impostos Incidentes (**)			NCM
							ICMS ALÍQUOTA INTERESTADUAL	IPI ALÍQUOTA	DIFAL ALÍQUOTA	
01	Lente de policarbonato	3102609	R\$	R\$	30	R\$	%	%	%	
02	Corpo da máscara facial	3102515	R\$	R\$	52	R\$	%	%	%	
03	Mascarilha interna	3102529	R\$	R\$	35	R\$	%	%	%	
04	Tirante de 5 pontas	3102592	R\$	R\$	90	R\$	%	%	%	
05	Anel de vedação do cilindro	31025431	R\$	R\$	90	R\$	%	%	%	
06	Válvula de demanda	3102541	R\$	R\$	25	R\$	%	%	%	
07	Manômetro	31025261	R\$	R\$	15	R\$	%	%	%	
08	Apito da válvula	3102610	R\$	R\$	15	R\$	%	%	%	
09	Redutor de pressão	3102557	R\$	R\$	12	R\$	%	%	%	
10	Arreio completo	31025683	R\$	R\$	55	R\$	%	%	%	
11	Válvula de 300 bar com manômetro	31025882	R\$	R\$	15	R\$	%	%	%	
12	Anel de vedação da válvula	31025432	R\$	R\$	55	R\$	%	%	%	
13	Mangueira de alta pressão	3102553	R\$	R\$	28	R\$	%	%	%	
PREÇO GLOBAL PLANILHA II→						R\$				

(*) Valor incluindo a diferença de ICMS interestadual calculado conforme item 1 da Seção II do Edital, a ser adotado pelo LICITANTE para fim de COTAÇÃO.

(**) Alíquotas que serão destacadas no documento fiscal, em caso de contratação, bem como a alíquota correspondente à diferença do ICMS interestadual.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZT)

EPES – Rev. Jul/2025

Tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional nº 87/2015, a ELETRONUCLEAR S.A., como contribuinte do imposto, será responsável pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Desta forma, o LICITANTE que não esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar, também, para efeito de **EQUALIZAÇÃO DE PROPOSTAS** e **JULGAMENTO**, a cotação do seu preço e todos os lances, na forma abaixo:

Acrescer ao seu preço final os 12,82% (doze inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) referentes ao diferencial de alíquota, conforme fundamentação no convênio ICMS 142/2018. O Estado do Rio de Janeiro orienta a adoção da base dupla para o cálculo do DIFAL.

Para fins de contratação, a ELETRONUCLEAR S.A. irá considerar o valor calculado com a alíquota interestadual do ICMS praticado para o Estado do Rio de Janeiro (12%).

De acordo com a Resolução nº 13/12, do Senado Federal, aplicar-se-á a alíquota de 4% (quatro por cento) nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior com conteúdo de importação superior a 40%. Nesse caso, o LICITANTE que atenda aos requisitos exigidos pela legislação aplicável deverá apresentar, para efeito de equalização de propostas e julgamento, a cotação do seu preço e todos os lances, na forma abaixo: Acrescer ao preço final 23,08% (vinte e três inteiros e oito centésimos por cento) referentes ao diferencial de alíquota, conforme fundamentação no convênio ICMS 142/2018. Para fins de contratação, a ELETRONUCLEAR S.A. irá considerar o valor calculado com a alíquota interestadual de 4% (quatro por cento).

O FORNECIMENTO feito por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo SIMPLES, não dispensa a ELETRONUCLEAR S.A. do recolhimento do diferencial de alíquotas do ICMS, de fora do Estado, de mercadorias destinadas a ATIVO IMOBILIZADO e CONSUMO. Desta forma, o LICITANTE (Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP) optante pelo SIMPLES, que não esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar, também, para efeito de **EQUALIZAÇÃO DE PROPOSTAS** e **JULGAMENTO**, na cotação do seu preço e todos os lances, o acréscimo ao preço final dos 12,82% (doze inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) ou 23,08% (vinte e três inteiros e oito centésimos por cento), conforme o caso.

O(S) ÍTEM(NS) DE MATERIAL PROPOSTO(S) POSSUI(EM) INCENTIVO E/OU ESTÁ(ÃO) SUJEITO(S) À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA?

SIM	NÃO
------------	------------

SE SIM, QUAIS? _____

SE SIM, INFORMAR O CONVÊNIO E/OU PROTOCOLO: _____

PLANILHA DE PREÇOS DE PEÇAS SOBRESSALENTES PARA LICITANTES LOCALIZADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Item	Descrição resumida conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº DSE.A/PE – 020/2026	PART NUMBER	Preço Unitário Faturado (A)	Quantidade (B)	Valor Total com Impostos (A) x (B)	Impostos Incidentes (*)		NCM
						ICMS ALÍQUOTA	IPI ALÍQUOTA	
01	Lente de policarbonato	3102609	R\$	30	R\$	%	%	
02	Corpo da máscara facial	3102515	R\$	52	R\$	%	%	
03	Mascarilha interna	3102529	R\$	35	R\$	%	%	
04	Tirante de 5 pontas	3102592	R\$	90	R\$	%	%	
05	Anel de vedação do cilindro	31025431	R\$	90	R\$	%	%	
06	Válvula de demanda	3102541	R\$	25	R\$	%	%	
07	Manômetro	31025261	R\$	15	R\$	%	%	
08	Apito da válvula	3102610	R\$	15	R\$	%	%	
09	Redutor de pressão	3102557	R\$	12	R\$	%	%	
10	Arreio completo	31025683	R\$	55	R\$	%	%	
11	Válvula de 300 bar com manômetro	31025882	R\$	15	R\$	%	%	
12	Anel de vedação da válvula	31025432	R\$	55	R\$	%	%	
13	Mangueira de alta pressão	3102553	R\$	28	R\$	%	%	
PREÇO GLOBAL PLANILHA II→					R\$			

(*) Alíquotas que serão destacadas no documento fiscal, em caso de contratação.

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZT)

EPES – Rev. Jul/2025

PLANILHA TOTALIZADORA	
PREÇO GLOBAL – PLANILHA 1 – SERVIÇOS	R\$
PREÇO GLOBAL – PLANILHA 2 – MATERIAIS	R\$
* VALOR TOTAL GLOBAL →	R\$

* Valor a ser lançado no portal "gov.br/compras"

Informações Bancárias:

Banco:

Agência:

Praça:

Nº Conta corrente:

Nota 1: Nos preços estão incluídos: custos diretos e indiretos, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, contribuições fiscais e/ou parafiscais, supervisão, tributos, seguros, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucros e tudo aquilo que for relacionado e/ou necessário à execução deste EDITAL e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

Nota 2: O valor da proposta do LICITANTE deverá ser o VALOR TOTAL GLOBAL da PLANILHA TOTALIZADORA, contemplando todos os itens das PLANILHAS DE PREÇOS.

Nota 3: No caso de qualquer discrepância entre o catálogo de materiais do Portal Comprasnet e as especificações constantes do presente EDITAL, prevalecerá este último.

Nota 4: A PROPOSTA deverá ser elaborada em conformidade com as condições elencadas no item 1.34, SEÇÃO II deste Edital.

Declaro, para os devidos fins, ter lido e compreendido os termos do EDITAL e que os materiais/sobressalentes ofertados atendem integralmente às especificações técnicas requeridas.

Declaro, outrossim, conhecer e comprometer-me a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta Ética e Integridade, que se encontra disponível no endereço eletrônico da ELETRONUCLEAR.

(Cidade),, (estado),, (dia) de (mês),..... de (ano)

Nome da Empresa LICITANTE

Assinatura e carimbo da LICITANTE

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZT)

EPES – Rev. Jul/2025

--

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025

ANEXO A

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO EMPREGATÍCIO / PARENTESCO
E DE NÃO ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 38 DA LEI Nº 13.303/16**

TIMBRE DA EMPRESA

Nome da cidade, [] de [] de [].

DECLARAÇÃO

[], inscrito(a) no CNPJ sob nº. [], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [], portador(a) da carteira de identidade nº. [] e do CPF nº. [], declara que na sua composição societária e no seu quadro de empregados, inclusive na condição de dirigente e gerente, não há pessoa que possua vínculo empregatício com a ELETRONUCLEAR.

Declara, outrossim, que seus sócios/administradores não possuem relação de parentesco, por consanguinidade ou afim até o 3º grau com membros da Alta Administração, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou qualquer empregado que faça PARTE da área requisitante ou da área de suprimentos (comercial).

Ainda, declara que, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 13.303/16, não está impedida de ser CONTRATADA pela ELETRONUCLEAR.

Representante Legal

Nota: A declaração acima deverá ser assinada por representante legal da empresa e conter no cabeçalho a sua denominação social

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Elaborado pelo Departamento de Aquisição de Serviços - (J.C.P.R.)

Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletronuclear - (OAB/RJ-225.644-MTZZ)

EPES – Rev. Jul/2025



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro o recebimento do Código de Conduta Ética e Integridade da ELETROUCLEAR, assim como confirmo meu dever legal e compromisso ético de conduzir minhas atividades sem me submeter à influência ilegal, à corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Declaro ainda que o processo de seleção e contratação do objeto do(s) CONTRATO(s) estabelecido(s) com a ELETRONUCLEAR transcorreu(eram) com base em critérios técnicos e profissionais, de forma imparcial e transparente, e isento de quaisquer favorecimentos e privilégios, ou transgressões à legislação vigente e aos padrões de conduta ética preconizados pela ELETRONUCLEAR.

Por fim, declaro ter conhecimento, entendimento da finalidade e aderência aos intentos do canal de denúncias independente, disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, comprometendo-me a utilizá-lo, quando necessário, de forma segura e, se desejada, anônima, para manifestação de condutas que envolvam a ELETRONUCLEAR, direta ou indiretamente, e que representem violações ao seu Código de Conduta Ética e Integridade ou que sejam incompatíveis com a legislação vigente.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Nome por extenso: _____

Cargo: _____

ANEXO C

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE:
FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE - FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO

Declaro o recebimento do Código de Conduta Ética e Integridade da ELETRONUCLEAR, assim como confirmo meu dever legal e compromisso ético de conduzir minhas atividades sem me submeter à influência legal, à corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Declaro ainda que o processo de seleção e contratação do objeto do CONTRATO estabelecido com a ELETRONUCLEAR transcorreu com base em critérios técnicos e profissionais, de forma imparcial e transparente e isento de quaisquer favorecimentos e privilégios ou transgressões à legislação vigente e aos padrões de conduta ética preconizados pela ELETRONUCLEAR.

Por fim, declaro ter conhecimento, entendimento da finalidade e aderência aos intentos do canal de denúncias independente, disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, comprometendo-me a utilizá-lo, quando necessário, de forma segura e, se desejada, anônima, para manifestação de condutas que envolvam a ELETRONUCLEAR, direta ou indiretamente, e que representem violações ao seu Código de Conduta Ética e Integridade ou que sejam incompatíveis com a legislação vigente.

XXXXX, neste ato representada na forma de seu CONTRATO social, compromete-se a participar das ações de sensibilização, sem custos adicionais, no que tange aos aspectos abordados no Programa de Integridade (Compliance) da ELETRONUCLEAR.

Ademais, XXXXX se compromete a observar os aspectos de ética e integridade apresentados nas ações de sensibilização no âmbito das atividades que concernem os SERVIÇOS CONTRATADOS pela ELETRONUCLEAR.

Os termos desta declaração permanecerão válidos enquanto estiver vigente o "CONTRATO nº DSE.A/CT- XXXXXX".

Nome do fornecedor: _____

Nome do Representante: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Data: _____